

PROPOSTA DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ESTRUTURA DE REPCUPERAÇÃO JUDICIAL PARA EMPRESA ALBAN CREMA E CIA LTDA

PORTO ALEGRE, 5 DE SETEMBRO DE 2019.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ilmo. ao Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de Porto Alegre

Vimos respeitosamente apresentar proposta de plano de recuperação judicial – para a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA.

Empresa responsável pela condução técnica da proposta do plano de recuperação judicial em fase postulatória, REBUILD : Consultoria Jurídica e Econômica, com sede na cidade de Porto Alegre (RS) e unidades em São Leopoldo (RS) e em Itajaí (SC).

Com atuação na redução dos riscos empresariais e agindo de forma proativa e comprometida, nossa empresa possui profissionais altamente capacitados, com experiência no exterior, publicação de livros nacionais e internacionais e atuação em multinacionais.

Prestamos serviços de reestruturação empresarial, voltado para as áreas jurídicas, econômicas e financeiras, com diferenciais a seguir:

- Equipe com grande experiência;
- Formação em nível de pós-doutorado no exterior; e
- Atuação em grandes universidades.

Atendemos empresas nacionais e internacionais, seja para o redirecionamento ou para proteção dos interesses dos proprietários que desejam reestruturar a empresa.

Realizado as devidas apresentações com credenciais de titulação e notório saber para o desenvolvimento da atividade proposta os proponentes passam a seguir a discorrer sobre a proposta do Plano de Recuperação Judicial em etapa apreciação dos credores.

○ **Sumário**

CARTA DE APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	5
DOCUMENTOS RECEBIDOS	8
DAS MEDIDAS E OBJETIVOS BÁSICOS DO PLANO.....	9
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	13
○ Política de Gestão da Qualidade	13
○ Sustentabilidade	13
○ Missão	14
○ Visão	14
○ Valores.....	14
○ Negócio.....	14
○ Serviços – Pré-impressão.....	15
○ Serviços – Impressão	16
○ Serviços – Acabamento	16
EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	18
○ Primeira Causa	18
○ Segunda Causa	20
“Porque tantas gráficas estão encerrando suas atividades?”	20
○ Terceira Causa.....	23
○ Quarta Causa.....	27
CENÁRIO DO SETOR DA INDÚSTRIA GRÁFICA.....	29
○ Os Produtos e Serviços Oferecidos pela Indústria Gráfica	30
○ Aumento do consumo em 2019 deve impulsionar produção de embalagens	31
○ A Indústria Gráfica no Brasil em Números	33
○ A Crise no Setor da Indústria Gráfica no Brasil	34
○ Perspectiva da Indústria Gráfica para 2019 no Brasil	35
○ Projeto Gráfica do Futuro apresenta tendências para o setor	36
CENÁRIO ECONÔMICO.....	37
○ MACROECONÔMICO	37
○ TAXA SELIC	39

○ VARIAÇÃO CAMBIAL	41
○ INFLAÇÃO BRASILEIRA.....	42
○ TAXA DE DESOCUPAÇÃO	43
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO.....	45
○ PLANO DE PAGAMENTOS AOS CRÉDITOS SUJEITOS A RECUPERAÇÃO	46
CLASSE III – TITULARES DE CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	50
PLANO DE PAGAMENTO AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	55
COMPENSAÇÃO	55
PREMISSAS UTILIZADAS.....	57
○ CONDIÇÕES GERAIS.....	57
○ RECEITA BRUTA	58
○ IMPOSTOS.....	58
○ INVESTIMENTOS.....	58
○ CAPITAL DE GIRO.....	59
○ PASSIVO TRIBUTÁRIO	59
○ PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	60
OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO.....	60
○ Suspensão das ações de recuperação de crédito.....	60
○ Novação da dívida	60
○ Suspensão da publicidade dos protestos	61
○ Pagamentos aos credores ausentes ou omissos.....	61
○ Descumprimento do Plano de Recuperação	62
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PROJETADO.....	63
RESUMO TÉCNICO	65

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Econômico-financeiro do Plano de Recuperação Judicial (Estudo Técnico) da ALBAN CREMA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número ALBAN CREMA E CIA LTDA, localizada na Rua Castelo Branco, número 290, bairro Centro em Serafina Correa, Rio Grande do Sul, é apresentado para auxiliar a empresa em seu processo de recuperação judicial. Daqui em diante, para fins de simplificação, denominada como “Recuperanda” ou “Empresa”.

Este estudo técnico foi desenvolvido pela empresa REBUILD Consultoria Empresarial (REBUILD) com base nas informações fornecidas pelas Recuperanda e seus assessores, visando fornecer um maior entendimento sobre o modelo de negócios das Recuperanda e subsídios que atestem a sua viabilidade econômico-financeira para auxiliar a Empresa em seu processo de recuperação judicial.

As premissas e declarações futuras aqui contidas têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e as tendências que afetam, ou que potencialmente venham a afetar, os negócios operacionais da ALBAN CREMA E CIA LTDA. Consideramos que estas premissas e declarações futuras baseiam-se em expectativas razoáveis e são feitas com base nas informações que atualmente dispomos, muito embora estejam sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições. Tais premissas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- Intervenções governamentais, resultando em alteração econômica, tributos, tarifas ou ambiente regulatório brasileiro;
- Alterações nas condições gerais da econômica, incluindo, como exemplo, inflação, taxas de juros, níveis de emprego e confiança do consumidor;
- Fatores ou tendências que possam afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados das operacionais das empresas;
- Eventuais dificuldades das empresas em implementar seus projetos, tempestivamente e sem incorrer em custos não previstos, o que pode retardar ou impedir a implementação do plano de negócios delas;
- Eventuais dificuldades das empresas em realizar os investimentos previstos, devido à dificuldade de obtenção de financiamentos; e
- As operações das empresas dependem de sua capacidade de manter, aperfeiçoar e operar, eficientemente, sua contabilidade, cobrança e serviços aos clientes.

Desta forma, quaisquer informações financeiras incluídas nesse Estudo Técnico não são, e não devem ser consideradas, demonstrações contábeis das empresas. Os potenciais impactos financeiros mencionados neste estudo têm como base, exclusivamente, informações disponibilizadas pela Empresa até a data deste Estudo Técnico.

O presente Estudo Técnico baseia-se em informações públicas no que tange ao entendimento e conhecimento do setor por parte dos consultores da REBUILD e por informações fornecidas pelas Empresas.

Ao apresentarmos o Estudo Técnico, observando a legislação e regulamentação aplicáveis, nós, da REBUILD, não levamos em conta o impacto de quaisquer comissões e despesas que possam resultar da consumação da recuperação judicial. Ademais, os cálculos financeiros contidos no Estudo Técnico podem não resultar sempre em soma precisa, em razão de arredondamento.

Este documento não é, e não deve ser utilizado como recomendação ou opinião para os credores da Empresa sobre a transação é aconselhável para qualquer credor ou sobre a justiça (equidade) da transação (*fairness opinion*) do ponto de vista financeiro. Não estamos aconselhando tais credores em relação à recuperação judicial. Todos os credores devem conduzir suas próprias análises sobre a recuperação judicial e, ao avaliar o processo, devem se basear nos seus próprios assessores financeiros, fiscais e legais e não no Estudo Técnico.

A elaboração de análises econômico-financeiras, como as realizadas no presente Estudo Técnico, é um processo complexo que envolve julgamentos subjetivos e não é suscetível a uma análise parcial ou descrição resumida. Desse modo, a REBUILD acredita que o Estudo Técnico deve ser analisado como um todo, e a análise de partes selecionadas e outros fatores considerados na elaboração podem resultar em um entendimento incompleto e incorreto das conclusões. Os resultados aqui apresentados se inserem exclusivamente no contexto do Plano de Recuperação Judicial e não se estendem a quaisquer outras questões ou transações, presentes ou futuras, relativas à Empresa ou ao setor em que atuam.

O Estudo Técnico é exclusivamente destinado à Empresa e não avalia a decisão comercial cabível a estas de realizar a transação, tampouco constitui uma recomendação para a Empresa e/ou seus credores (inclusive, sem limitações quanto à maneira pela qual elas devem exercer seu direito a voto ou quaisquer outros direitos no que tange à recuperação judicial).

No presente Estudo Técnico, foram adotadas algumas premissas-chave, essenciais para o sucesso do Plano de Recuperação Judicial, informadas pela administrada da empresa. Caso não se realizem, impactos relevantes no Plano de Recuperação podem vir a ocorrer. Tais premissas são descritas em detalhes no capítulo Premissas, localizado neste documento na página 57.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

O presente Estudo Técnico Econômico-financeiro do Plano de Recuperação Judicial foi elaborado com base em informações recebidas pela ALBAN CREMA E CIA LTDA de seus assessores, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas utilizadas neste processo estão baseadas nos documentos e informações coletados, aos quais incluem, entre outros, os seguintes:

- Balanços Patrimoniais
- Balancetes Mensais e Acumulados
- Demonstrações de Fluxo de Caixa
- Demonstrativo de Resultado
- Relatório de Controle Interno Gerencial
- Relatório de Resultado (receitas e custos) detalhado
- Contratos Societários da Empresas e suas alterações
- Detalhamento Patrimonial da Empresa e seus dirigentes
- Certificações e Premiações obtidas pela empresa e seus dirigentes
- Apresentações Institucionais das empresas
- Plano Comercial da Empresa

Também utilizamos bancos de dados e relatórios selecionados de terceiros para obtenção de informações financeiras e econômicas, incluindo:

- Relatório de projeção macroeconômica brasileira desenvolvido pelo Banco Itaú
- Relatório macroeconômicos do Brasil desenvolvidos pelo Banco do Brasil
- Relatórios da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
- Relatório da Secretária de Planejamento do Rio Grande do Sul
- Relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

DAS MEDIDAS E OBJETIVOS BÁSICOS DO PLANO

O presente Plano de Recuperação em Fase Postulatória tem por objetivo reestruturar a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA para que a mesma supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade aos negócios, mantendo-se no mercado e ampliando de forma organizada sua posição no *market share*¹.

Este Plano de Recuperação procura projetar o impacto das medidas administrativas e operacionais que serão implementadas para que a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA alcance um lucro operacional adequado e sustentável ao longo dos próximos anos, o que possibilitará sua sustentação econômica e financeira. O presente Plano procura também, de forma clara e objetiva, demonstrar que a Empresa é composta de elementos que possuem viabilidade e como será o fluxo de pagamento para quitação de suas dívidas.

Para a elaboração do presente estudo foram analisadas, dentre outras, as seguintes áreas: estrutura dos ativos da empresa, estrutura organizacional, administrativa e financeira, compras, análise mercadológica, planejamento estratégico em vendas, planejamento e controle, custos, logístico e recursos humanos. Assim, a análise destas áreas em conjunto com a avaliação do desempenho financeiro do grupo foi base para nortear as ações a serem tomadas visando a recuperação.

Portanto, os principais objetivos do Plano de Recuperação, são:

- a. Preservar a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA como entidade geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício de sua função social;
- b. Permitir que a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade à sua atividade social e econômica gerando riqueza nas regiões em que opera;
- c. Atender aos interesses dos credores da empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA;
- d. Reestruturar e equalizar as operações, direitos e ativos, da ALBAN CREMA E CIA LTDA;

¹ participação de mercado, em português, e é a fatia ou quota de mercado que uma empresa tem no seu segmento ou no segmento de um determinado produto.

- e. Otimizar as operações existentes, buscando eficiência operacional de forma a ter economia e controle efetivo de custos e despesas, maximizando as margens de contribuição; e
- f. Ampliar sua participação no mercado por meio do desenvolvimento de uma estratégia comercial que compreenda o seu reposicionamento no mercado, bem como adotar um novo modelo de comercialização – introduzindo serviços de valor agregado na venda de produtos – buscando ampliar seu faturamento.

Desta forma, a viabilidade futura da Recuperanda não depende só da solução de seu endividamento atual, mas também, e fundamentalmente, de ações que visem à melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Sendo assim, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação estão incorporadas a um planejamento estratégico para os próximos exercícios.

As projeções foram desenvolvidas por consultoria especializada, apoiada pela área financeira da empresa, considerando que o mercado continuara em crescimento conversador e contínuo, lembrando que a técnica utilizada foi a do justo meio termo pelo modelo moderado², para que não fosse por demais conservadora, e, por conseguinte, inapta, ou que fosse otimista a ponto de ultrapassar a barreira da realidade ou que pudesse trazer expectativa errônea a todos.

A relação das medidas a serem adotadas pelos gestores e em fase de implementação está descrita nos itens seguintes, dentre as quais se destacam:

- a. Governança e Modelo de Gestão
 - Desdobramento das tarefas da ALBAN CREMA E CIA LTDA que até o presente momento concentrava atuação única de um dos sócios como diretor administrativo para três diretorias, sendo elas: a) Administrativa e Financeira; b) Operacional e Logística; e c) Comercial e Novos, permitindo melhor organização na cadeia de comando e visibilidade dos funcionários sobre processos de operação.
 - Implementação do sistema de Governança Corporativa reorganização do modelo de decisão.
- b. Gestão Administrativa e Financeira

² Em uma simulação econômica por tratar de um modelo econométrico aconselha-se realizar pelo menos três visões, sendo elas: a) conservador; b) moderado; e c) agressivo. Sendo a primeira modificada por reduzir as previsões macroeconômicas percentualmente, situação que apresenta uma sinalização de conservadorismo. Já a moderada utilizada de bases consensuais do mercado, tanto microeconômico quanto macroeconômico, permitindo uma visão da realidade e buscando um ajuste interno da organização para atender aos padrões estabelecidos. Por fim, o modelo agressivo superestima os indicadores macroeconômicos fazendo com que os resultados sejam puxados pelo crescimento.

- Substituição do profissional de tesouraria atual por um profissional com formação em administração com ênfase na área de atuação. Além disso, implementar um modelo de gestão do fluxo de caixa diário para permitir um planejamento de caixa e gestão dos recebíveis;
 - Elaboração de Política de Cobrança a empresa possui uma carteira de inadimplência muito baixa, tendo em vista a qualidade de crédito seus clientes.
- c. Gestão Contábil e Fiscal
- Realinhamento contábil com a contratação de uma empresa especializada com maior capacidade técnica em virtude de do modelo atual de contabilidade estar orientado em sua plenitude para emissão de guias tributárias. O principal objetivo desta migração é permitir a empresa estar atualizada com as necessidades do mercado, pois identificou-se a existência de inconsistência contábeis e devido ao atraso no processamento dos dados contábeis a empresa não obtinha uma visão de futuro por meio das demonstrações.
- d. Gestão Comercial e Publicidade
- Substituição de profissionais de vendas externas por profissionais especializados em vendas na modalidade de representantes comerciais, com empresas e devidamente registrados pelo CORE.
 - Revisão da Política Comercial devido ao entendimento técnico que o percentual de comissionamento para representantes externos ficou representativo elevado para o aumento dos custos e por consequência redução da margem de líquida por.
 - Novo canal de venda e-commerce a empresa já possuía interesse, no entanto, não havia elaborado um projeto específico. Agora, com a nova diretoria de Novo Negócios, será possível ofertar os serviços por via do comércio eletrônico e reduzir desta forma o custo com os representantes comerciais, afinal, a empresa estará se comunicando diretamente com cada um de seus clientes.
- e. Ações Emergenciais
- corte de despesas gerais na empresa;
 - entrega do prédio da administração;
 - diminuição do quadro de funcionários;
 - ampliação de parceiros terceirizados para aumento na produção;
 - reformulação de todo o quadro comercial - representantes e vendedores;
 - reestruturação da política de comissionamento; e
 - fortalecimento da pronta entrega;

O objetivo final é equacionar o passivo da empresa e alavancar as atividades visando obter resultados sustentáveis.

Eventuais medidas adicionais serão avaliadas na apresentação do Plano de Recuperação. Entretanto, como essas medidas requerem uma investigação mais profunda, os impactos destas não foram incluídos nos resultados operacionais aqui abordados.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa nasceu do sonho e da vontade de fazer de quatro pessoas: ALDIR IVO BONAN, PASQUAL E CARLOS JOSÉ ALBAN e ADIVO CREMA. Assim, nasce a Gráfica Serafinense que no começo contava apenas uma impressora modelo Tipográfica Frontex.

Eram os primeiros impressos em 1960, ano em que o município de Serafina Corrêa se emancipou de Guaporé. Nascia um município... Nascia uma empresa: A Gráfica Serafinense – sem dúvida um fato para escrever as páginas da nossa história como otimismo e a coragem. Época tão promissora dá o ponto de partida desta empresa reconhecida que vem crescendo, desenvolvendo e apostando nas pessoas.

○ Política de Gestão da Qualidade

A Gráfica Serafinense busca continuamente superar as expectativas de seus clientes atendendo aos seus requisitos, comprometendo-se a:

- Fornecer serviços gráficos com qualidade, preço e prazo de entrega adequados;
- Manter o comprometimento com a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado;
- Buscar aumento de lucratividade e redução de custos;
- Minimizar os impactos ao meio ambiente, decorrentes do seu processo de industrialização;
- Desempenhar sempre melhorias ambientais contra a poluição;
- Atender as normas internas, a legislação ambiental e outros requisitos aplicáveis à prevenção da poluição; e
- Manter atualizada a Política Ambiental, seus objetivos e metas, tornando-a disponível aos empregados e ao público.

○ Sustentabilidade

Para Gráfica Serafinense o tema de SUSTENTABILIDADE é muita mais que um conceito, é um compromisso em um setor que pode fazer a diferença pelo volume de materiais com grande impacto ambiental

Pensar de forma sustentável é ter consciência de que somente com mudança de posturas frente ao ambiente onde vivemos é que podemos acreditar no futuro. Nós acreditamos no planeta e diariamente promovemos a reciclagem, reutilização e o pensamento sustentável e com responsabilidade, pois dessa forma toda a cadeia produtiva é beneficiada.

O compromisso da Serafinense é inovar e trabalhar para as próximas gerações, buscando, no presente, contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Serafina Corrêa, da região e do país.

○ Missão

"Produzir material gráfico para clientes exigentes que valorizem a inovação, tecnologia, criatividade e qualidade de nossos produtos, através de uma política de valorização dos colaboradores com postura ambientalmente correta, gerando retorno financeiro para seus sócios".

○ Visão

"Ser reconhecida como a melhor gráfica do sul do país, através da constante busca de tecnologia avançada, qualificação de seus colaboradores, e respeito às políticas ambientais e sociais".

○ Valores

- Satisfação seus clientes;
- Manter um quadro de colaboradores qualificados de acordo com sua função, desenvolvendo mecanismos de motivação interna e treinamentos;
- Sustentabilidade;
- Atender com presteza e pontualidade; e
- Ser uma empresa de credibilidade no mercado gráfico.

○ Negócio

Soluções para a divulgação dos produtos dos clientes. O foco da empresa está direcionado para a criação de produtos, como catálogos, agendas, cadernos, folders, encartes, divulgando constantemente a marca dos clientes, dentro da filosofia de

atualização e desenvolvimento tecnológico, desenvolvendo novos processos e buscando novos materiais, com qualidade e responsabilidade social.

○ Serviços – Pré-impressão

Computer-to-Plate, Workflow Prinergy, CIP3 e Retícula Staccato são algumas das avançadas tecnologias de pré-impressão que a Gráfica Serafinense utiliza em sua pré-impressão. A Pré-Impressão é uma fase muito importante no processo gráfico. É nessa etapa que os arquivos eletrônicos são testados antes da gravação em chapas e da impressão final. Para tanto, contamos com estações de tratamento, bem como saída para provas.

Equipamentos:



Figura 1 - Provas Digitais Epso



Figura 2 - Plotters HP



Figura 3 Computer-to-Plate Kodak

○ Serviços – Impressão

A impressão offset da Gráfica Serafinense conta com máquinas modernas e tecnologia de ponta. São máquinas de grande porte, permitindo a impressão de até oito cores de uma só vez, além da aplicação de verniz em linha, resultando em maior economia, velocidade e fidelidade.

Equipamentos:

- Impressora Offset Heidelberg
CD 102-4+L (4 cores + Verniz)
Formato 72x104mm
- Impressora Offset Heidelberg
SM 74-6-P3+L (6 cores + verniz, com reversão 4x2)
Formato 52x74cm
- Impressora Offset Heidelberg
SM 74-8-P (8 cores, com reversão 4x4)
Formato 52x74cm
- Impressora Offset Heidelberg
SM 74-4 +L (4 cores + verniz)
Formato 52x74cm
- Impressora Offset Bicolor Heidelberg
SPPED 102 ZP (2 cores, com reversão 1x1)
Formato 72x104cm

○ Serviços – Acabamento

O setor de acabamento é responsável pela finalização do material e pelo seu controle de qualidade. Com o intuito de garantir o controle de qualidade, além de reduzir custos e prazo de entrega, a Gráfica Serafinense conta com equipamentos próprios de verniz UV, laminação, corte e vinco, dobra, grampo, entre outros.

Equipamentos:

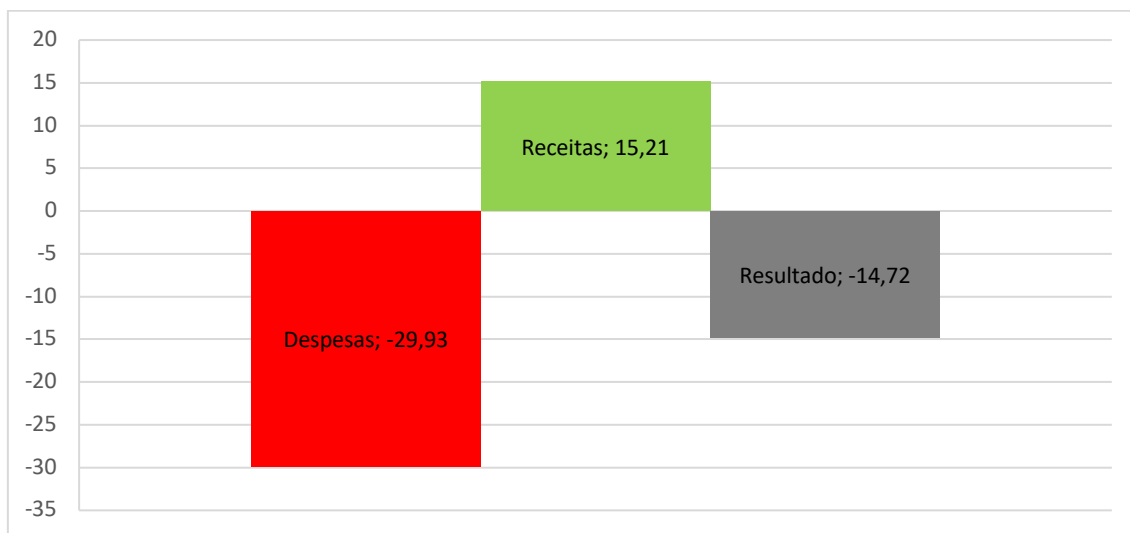
- Corte e Vinco Automático
- Corte e Vincos Manuais / Hot Stamping
- Dobradeiras
- Alceadeiras e Grampeadeiras Automáticas
- Guilhotinas
- Máquina Serigráfica de Verniz UV (Total e Reserva)
- Máquina Automática de Verniz UV (Total e Reserva)
- Seladoras em L (Shirink) Semi-Automáticas
- Laminadora Automática
- Furadeira Pneumática
- Máquina de Empastamento
- Eurobind (Cola PUR)
- Máquina Semi-automática de Wire-o colocação automática de pendente

EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

○ Primeira Causa

O mercado da indústria gráfica no Brasil sofreu uma perda real de 14,72% entre os anos de 2013 até 2017, conforme dados econômicos setoriais. Podemos observar que as receitas obtiveram uma correção de apenas 15,21% enquanto as despesas chegaram ao impacto de 29,93%.

Quanto observamos esse impacto precisamos expandir os conhecimentos contábeis financeiros e compreender que em um segmento composto por 98% de pequenas e microempresas o ponto de equilíbrio com uma variação deste nível praticamente inviabiliza o segmento, afinal, a margem líquida do segmento não chega em 8 p.p. na média das empresas brasileiras, conforme podemos observar pelo gráfico a seguir.



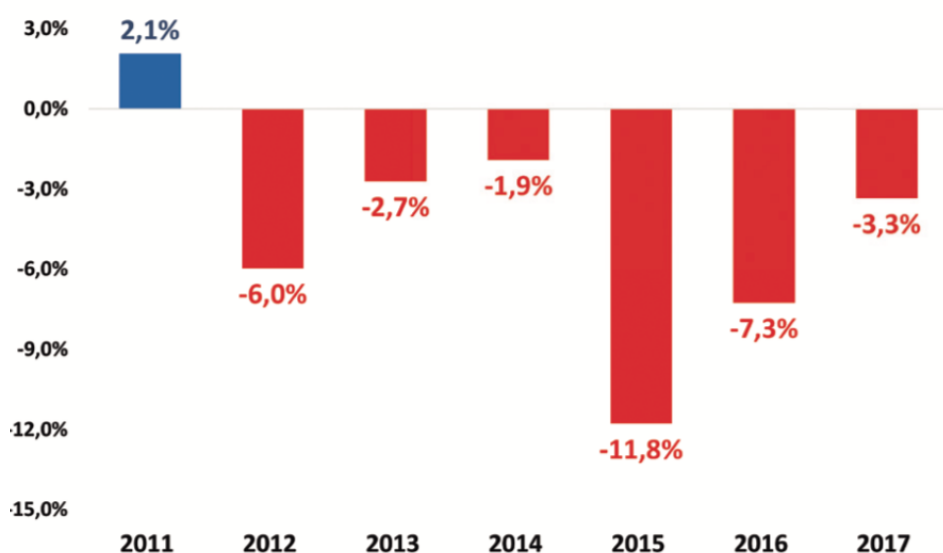
A perda de valor econômico é significativa a ponto de não haver entre os anos de 2013 a 2017 nem a reposição da inflação (IGPM). O Mercado da Indústria Gráfica no Brasil reduziu 15,21 Bilhões de Reais, ou seja, uma destruição de 32,5% de suas receitas enquanto as despesas elevaram em no mínimo 29,93%. Fala-se em mínimo, pois é

conhecido dos economistas brasileiros que o mercado – em especial – o trabalhador estava acostumado a obter ganhos reais em seus benefícios.

Elemento	2013	2014	2015	2016	2017
Produção (Bi \$)	46,8	47,6	43,8	46,8	45,6
Corrigido Inflação		51,59	57,24	61,08	60,81
Perda Acumulado		-3,99	-13,44	-14,28	-15,21
Produção (Física)	-3,20%	-1,80%	-13,90%	-7,30%	-3,50%
Perda Acumulado		-5,00%	-15,70%	-21,20%	-10,80%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE/PIA/PIM-PF/DECON/ABRIGRAF 2018.

Podemos observar com maiores detalhes no Gráfico de Produção da Indústria Gráfica no Brasil produzido pela ABRIGRAF 2018 onde consolidou a evolução – neste caso, ao revés – entre os anos de 2011 até 2017. Ainda assim, com uma tímida mudança nos indicadores estimados para o segundo semestre de 2019.



Fonte: ABIGRAF (2018).

○ Segunda Causa

O segmento da INDÚSTRIA GRÁFICA passa por uma grave crise, aliado intensiva integração digital, sendo eles:

- a) a crise econômica brasileira; e
- b) a redução do consumo de materiais impressos.

Em recente artigo o Sr. Júlio Gostisa, diretor comercial da Gráfica Cromo, localizada na cidade de Bento Gonçalves, descreveu o caos do segmento com riqueza de detalhes de um profissional especialista no segmento que atua há longos anos. Intitulado a seguir, não poderia haver um título mais sugestivo para o momento, apresentamos os principais trechos do artigo, sendo ele:

“Porque tantas gráficas estão encerrando suas atividades?”

Durante minha carreira internacional trabalhei nos Estados Unidos por mais de 15 anos para a mesma multinacional fabricante de bens de capital da indústria gráfica que existe até hoje, mas trocou de donos e de nome diversas vezes. Todas estas vezes buscando melhoria de margens e pura sobrevivência perante um mercado extremamente competitivo e de margens reduzidas. Passamos por investidores americanos, falência parcial, pedidos de recuperação financeira semestrais, demissões simples, demissões em massa, decepções de colaboradores apaixonados, fuga de funcionários experientes para a competição, envolvimento com executivos de outras multinacionais, grupo de empresas adquirentes inovadoras, abertura de capital total e parcial, investidores chineses e retornamos para as mãos de investidores norte-americanos todos trabalhando com afinco e paixão de dono. Este gigante da indústria ainda existe, sob a tutela de donos alemães. Cambaleando, mas vivo.

Artimanhas semelhantes não estão disponíveis aos 95% de gráficas pequenas e médias existentes no Brasil, pois, em sua maioria, são empresas familiares e sem estrutura e preparo para tantas estratégias de sobrevivência. Tais gráficas **sofrem o impacto de constantes e quase semanais reajustes de sua mais importante matéria prima: o papel**. Todas estas gráficas sem a menor chance de repassar estes reajustes abusivos para seus produtos, serviços e clientes. As papeleiras justificam seus aumentos baseando-se nos aumentos da celulose (fabricada aqui mesmo no Brasil) no mercado internacional aliado a taxa do dólar que segue subindo. Tudo isso junto contribui para que mais e mais gráficas sigam infelizmente encerrando suas atividades.

Equipes inteiras são destruídas, pessoas e famílias ficam sem empregos todos os dias em nossa indústria gráfica, máquinas de impressão e acabamento retornam usadas ao mercado por preços muitas vezes ridículos, mas por simples necessidade de "fazer a conta fechar". Vida que segue, escuto de muitos gráficos que não conseguiram sobreviver a estes novos tempos. O quadro como um todo não é animador, mas existem oportunidades na crise. As gráficas possuem pouca força em mudar as atitudes e margens das empresas papeleiras, são pequenos barquinhos de papel no meio deste oceano, raramente azul. Portanto, a solução não passa por este corredor. Mas o que fazer?

Por sua vez, os clientes também com seus problemas específicos de competição e margens reduzidas acabam por diminuir suas tiragens e sempre por buscar o menor preço. Não conheço ninguém que trabalhe nestes dias atuais na indústria gráfica na área comercial que não tenha escutado a clássica frase: "Tenho por tanto na gráfica Tal!" Em segundos o orçamento da gráfica Tal está em nosso e-mail, sem a menor dúvida. Todos precisam buscar o menor preço, mesmo sem precisar comparar tipo de papel, acabamento, prazos de entrega ou qualquer outro item importante do pacote que está sendo orçado. Muito difícil falar deste tema, mas ele ajuda, também, a explicar porque tantas gráficas estão encerrando suas atividades no mercado gaúcho. Precisamos falar sobre isso, orçamentos são estratégicos e cada empresa tem seu pacote a entregar e promessas a cumprir.

O último exemplo trata-se da empresa RR DONNELLEY que solicitou falência (autofalência) em março de 2019. Conforme podemos acompanhar pela matéria apresentada pela revista eletrônica *Publishnews*, Redação, 1 de abril de 2019, em entrevista com o Diretor da ABIGRAF, Sr. João Scortecci, cita que:

“As atuais condições de mercado da indústria gráfica e editorial tradicional pesaram na decisão da empresa de pedir a sua falência”.

Já a empresa em declaração oficial alegou que o principal motivo para o pleito se deve a:

[...] não há caixa suficiente para honrar a folha de pagamento do próximo mês”.



Fábrica da RR Donnelley em Blumenau (SC) | © Site da empresa

A RR Donnelley, uma das maiores gráficas especializada na impressão de livros no País, entrou com pedido de autofalência na 1ª Vara Cível de Osasco. O valor da ação é de R\$ 100 mil e será conduzida pelo juiz Fernando Dominguez Guiguet Leal.

Os funcionários que seguiram para o trabalho nas plantas da gráfica no País encontraram as portas fechadas e um comunicado em que a empresa anuncia o fim de suas operações no Brasil. O comunicado que também pode ser ouvido ligando no 0800-892-0473 diz que a decisão foi tomada com base em diversos fatores, incluindo “as atuais condições de mercado da indústria gráfica e editorial tradicional, que estão difíceis em toda parte, mas especialmente no Brasil”. A empresa diz ainda que o pedido se justifica pela insuficiência de seu caixa para honrar a folha de pagamento do próximo mês. Aos funcionários, a empresa diz que possui ativos que, uma vez alienados, servirão como garantia dos passivos trabalhistas.

A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) lamentou saída da empresa norte-americana do Brasil. Para João Scortecci, diretor do segmento editorial na entidade, o **fim das atividades da RR Donnelley no Brasil mostra a fragilidade do mercado de livros no País**. “Vivemos duas crises. Uma que assola o País desde 2013 e outra que é gerada pelo próprio mercado, com a situação da Saraiva e da Cultura, que era uma bomba que estava armada há anos. A maneira como essa bomba explodiu, causou no mercado um efeito dominó e, claro, chegou às gráficas”, disse ao PublishNews. “As gráficas sentiram muito a diminuição da

quantidade de serviços por conta da primeira crise. Mas daí veio a segunda e com ela a incapacidade de o editor renovar seus estoques e como consequência, as reimpressões caíram muito também”, concluiu.

Scortecchi ressalta que a Abigraf criou, no fim do ano passado, um grupo de trabalho (GT) que colocou na mesma mesa as entidades representativa de editores e livreiros – como a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) – para debater o assunto e entender como a indústria gráfica pode apoiar a editorial. “Nesse GT, nós estamos repensando o negócio do livro. Uma conclusão a que chegamos é que precisamos realinhar o preço do livro. Sem isso, não há como remunerar os gráficos, os autores, os distribuidores e as livrarias. **Os custos são crescentes e os números mostram que o preço não foi reajustado nos últimos anos.** Precisamos reequilibrar e encontrar um preço justo. Não há mais gorduras para queimar e a situação da Donnelley mostra isso”, conclui Scortecchi, que estima que a empresa tinha 600 funcionários na sua linha de produção.

○ Terceira Causa

A terceira causa é explicitamente um problema de risco sistêmico, **crise econômica**, conforme podemos observar pelo quadro de projeção econômica elaborado pelos economistas do Banco Itaú com base nas fontes: FMI, Bloomberg, IGBE, BCB, Haver e Itaú. Devido a correlação direta com o segmento e a macroeconomia de um país ambas as empresas foram afetadas devido aos reflexos da crise em seus clientes, em especial, nos seguintes segmentos:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Brasil											
Atividade econômica											
PIB nominal – Bilhões de reais	4.815	5.332	5.779	5.996	6.267	6.554	6.812	7.255	7.740	8.266	8.798
PIB nominal – Bilhões de dólares	2.463	2.468	2.455	1.800	1.797	2.053	1.869	1.894	1.985	2.091	2.199
Crescimento real do PIB	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,1%	1,3%	2,5%	3,0%	2,7%	2,7%
Taxa de desemprego - média do ano	7,4%	7,1%	6,8%	8,5%	11,5%	12,7%	12,2%	11,7%	11,2%	10,6%	10,2%
Taxa de desemprego - fim de período	7,5%	6,8%	7,1%	9,6%	12,7%	12,4%	12,0%	11,6%	11,0%	10,4%	10,0%
Inflação											
IPCA	5,8%	5,9%	6,4%	10,7%	6,3%	2,9%	3,8%	3,9%	4,0%	3,8%	3,8%
INPC	6,2%	5,6%	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,5%	3,8%	4,0%	3,8%	3,8%
IGP-M	7,8%	5,5%	3,7%	10,5%	7,2%	-0,5%	7,5%	4,0%	4,0%	3,8%	3,8%
IPA-M (preços por atacado)	8,6%	5,1%	2,1%	11,2%	7,6%	-2,5%	9,3%	3,9%	4,0%	3,8%	3,8%
Taxa de juros											
Selic – final do ano	7,25%	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%	6,50%	6,50%	8,00%	8,00%	8,00%
Selic – média do ano	8,46%	8,44%	11,02%	13,58%	14,17%	9,92%	6,56%	6,50%	7,46%	8,00%	8,00%
Taxa real de juros (Selic/IPCA) – fim de período	1,33%	3,86%	5,02%	3,23%	7,41%	6,77%	2,69%	2,52%	3,33%	4,10%	4,10%
CDI - Acum.	7,11%	9,78%	11,51%	14,14%	13,63%	6,99%	6,39%	6,39%	7,89%	7,89%	7,89%
TJLP (Taxa nominal) – fim de período	5,50%	5,00%	5,00%	7,00%	7,50%	7,00%	6,98%	6,48%	7,38%	7,53%	7,69%
TLP (Taxa real) – fim de período	-	-	-	-	-	-	3,00%	3,57%	4,41%	4,46%	5,09%
Finanças públicas											
Resultado primário – % do PIB	2,2%	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,5%	-1,7%	-1,7%	-1,3%	-0,8%	0,2%	0,4%
Resultado nominal – % do PIB	-2,3%	-3,0%	-6,0%	-10,2%	-9,0%	-7,8%	-6,9%	-6,0%	-5,7%	-5,8%	-5,9%
Dívida pública líquida - % do PIB	32,3%	30,6%	33,1%	36,0%	46,2%	51,6%	54,6%	56,4%	58,4%	58,7%	60,4%
Dívida pública bruta - % do PIB	53,7%	51,5%	56,3%	65,5%	70,0%	74,0%	77,4%	78,3%	78,4%	78,8%	79,6%
Taxa de câmbio											
BRL / USD – dez	2,05	2,36	2,66	3,96	3,26	3,31	3,75	3,90	3,90	4,00	4,00
BRL / USD – média do ano	1,95	2,16	2,35	3,33	3,49	3,19	3,64	3,83	3,90	3,95	4,00
Setor externo											
Balança comercial - USD bi	19	2	-4	20	48	67	57	58	50	52	56
Exportações – USD bi	243	242	225	191	185	218	238	238	240	242	258
Importações – USD bi	223	240	229	171	138	151	181	180	190	191	202
Conta corrente - % PIB	-3,4%	-3,2%	-4,1%	-3,0%	-1,3%	-0,3%	-0,7%	-1,2%	-2,0%	-1,9%	-1,9%
Investimento direto no país - % PIB	3,5%	2,8%	3,9%	4,2%	4,4%	3,4%	3,7%	3,6%	4,2%	3,4%	3,8%

Fonte: Relatório de Cenário Econômico Banco Itaú (janeiro de 2019)³.

Olhando mais próximo, em especial, para o ano de 2015, podemos perceber que os principais problemas ocorreram com o aumento da taxa SELIC entre maio e junho deste ano chegando em 14,25%. Junto a essa situação o dólar passou de R\$ 2,60 para R\$ 4,20 ao longo de 2015, ocasionando uma grande instabilidade e reviravolta no modelo de importação e exportação. Especificamente no Rio Grande do Sul, neste ano, houve uma retração de 12,1% no setor industrial da região.

Em uma entrevista⁴ realizada com Rebeca de La Rocque Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a época, ressaltamos:

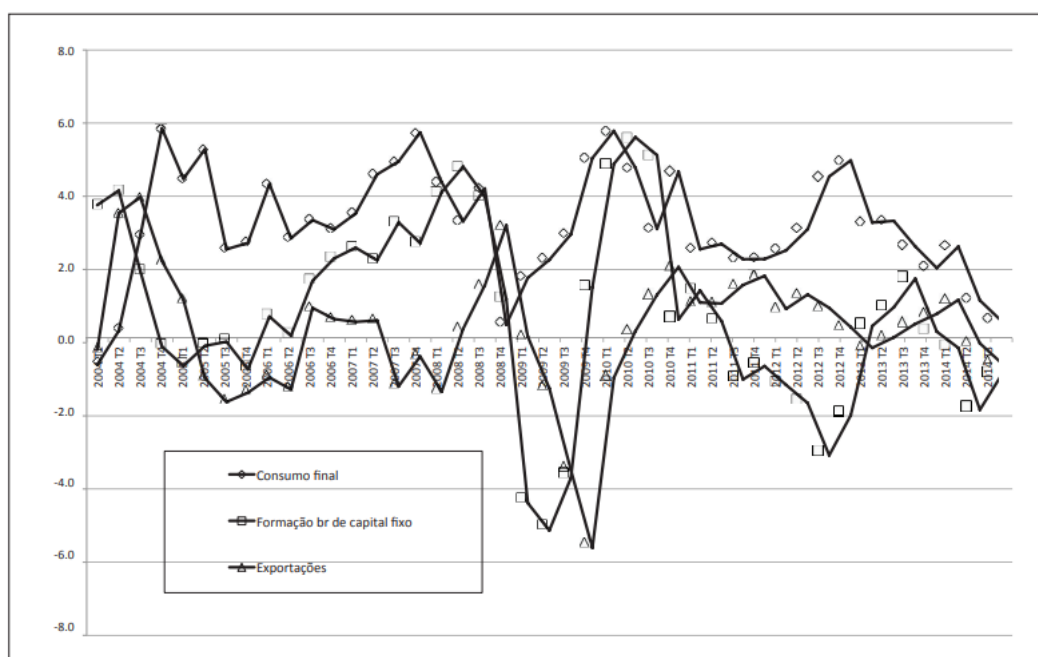
[...] a indústria amargou uma queda de 6,2%, puxada pela retração de quase 8% do setor de construção. “Construção teve queda importante, puxada tanto com a parte de infraestrutura como a parte imobiliária”, disse Rebeca. Além da construção, a indústria de transformação recuou 9,7%, influenciada pela redução, em volume, dos segmentos de veículos, de máquinas e equipamentos e de aparelhos eletroeletrônicos. “Os serviços que mais caíram são exatamente os correlacionados com a indústria de transformação e o nosso comércio”, disse a coordenadora do IBGE. O IBGE afirma que esse resultado vem da “deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda ao longo de todo o ano de 2015”.

O Dr. Luiz Fernando de Paula e o Dr. Manoel Pires, professor pesquisador da FCE/UFRJ e pesquisador IPEA, respectivamente, citam em seu denominado “crise e perspectiva para a economia brasileira” que o governo conseguiu evitar uma deterioração mais drástica das expectativas, logrando êxito na recuperação econômica

³ <https://www.itaub.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>

⁴ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>

a partir de meados de 2009. Em particular, o crescimento da formação bruta de capital fixo e do consumo contribuiu para a recuperação da economia no segundo semestre, conforme gráfico a seguir. Em resposta à restauração da confiança dos agentes e à ampliação do nível de utilização da capacidade instalada da indústria, o investimento cresceu de 17% do PIB (1º trimestre de 2009) para 20,5% no 3º trimestre de 2010. As exportações foram favorecidas pela forte melhora nos termos de troca, devido principalmente à retomada da economia chinesa em 2009 e à recuperação da economia mundial em 2010.



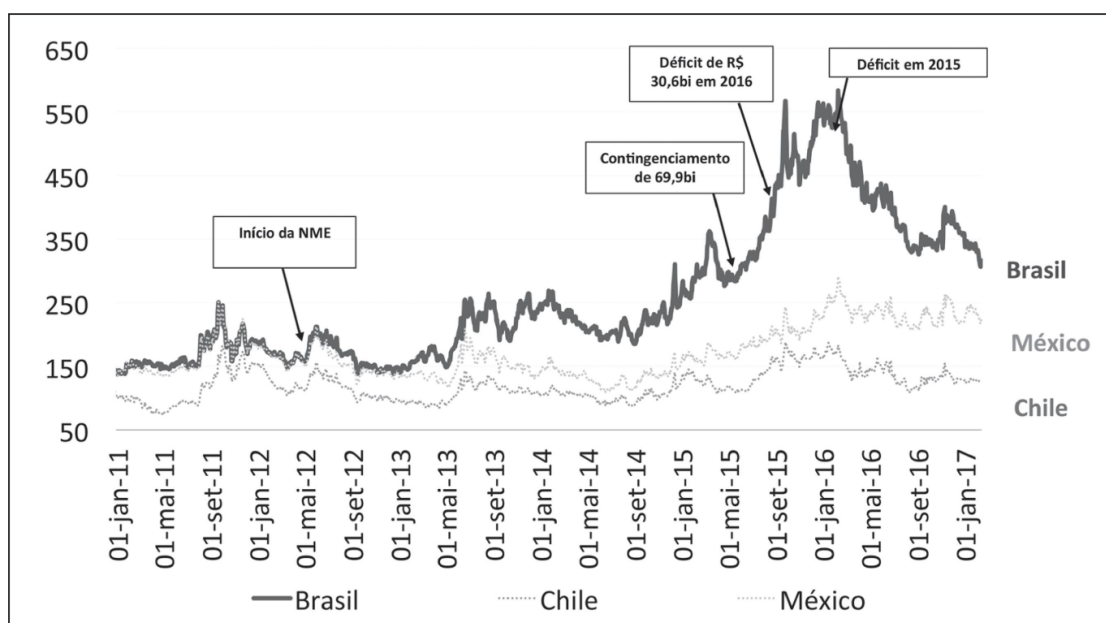
O Dr. Fernando de Holanda Barbosa Filho do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro, Brasil cita que o quadro a seguir mostra a decomposição do crescimento do PIB brasileiro entre 2002 e 2016. No período 2010-2014 houve um aumento da participação do capital no crescimento do PIB, fruto da elevação do investimento. No entanto, houve imediata diminuição do crescimento da PTF, o que reduziu o produto potencial brasileiro.

	PIB	PTF	Trabalho	Capital
2002-2010	3,9	1,6 41,1	1,1 27,9	1,2 31,0
2010-2014	2,2	0,5 24,2	0,0 0,5	1,7 75,3
2014-2016	-3,7	-1,9 49,9	-0,7 19,8	-1,1 30,3
2010-2016	0,2	-0,3 -119,8	-0,2 -107,9	0,7 327,7

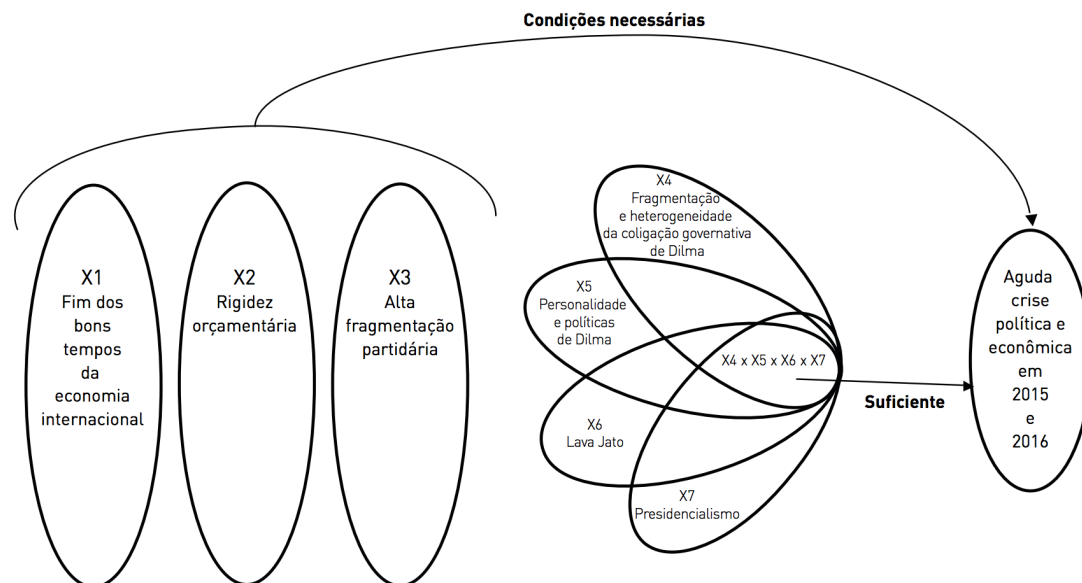
Continua o autor citando que após a crise internacional de 2008/2009 a taxa de crescimento de um conjunto de países latino-americanos caiu em 0,5% ao ano. No Brasil, essa queda foi de 2% ao ano. Barbosa Filho e Pessoa (2015) avaliam que essa

queda adicional de 1,5% ocorrida no Brasil é fruto do conjunto de políticas erroneamente adotadas pelo país. Com base nas estimativas de produtividade apresentadas no quadro acima, estima-se que a taxa de crescimento do produto potencial da economia brasileira esteja entre 1,5% a.a. e 2,0% ao ano.

O gráfico a seguir apresenta uma conjuntura econômica realizando um comparativo entre Brasil, México e Chile referente ao Risco País onde entre os anos de 2015 e 2016 sofremos o maior impacto chegando a superar 550 pontos. Esse cenário gera uma elevação na taxa de juros real de equilíbrio doméstico.



Por fim, pode-se observar que o agravamento ocorreu de forma sistêmica no cenário brasileiro. Em especial Condições causais da crise política brasileira de 2015-2016 que podem ser observadas de forma sistêmica pela figura apresenta a seguir. O Dr. Octavio Amorim Neto, professor da EBAPE-FGV, em seu estudo “a crise política brasileira de 2015-2016” destaca que o cenário político construiu em grande parte para situação de crise econômica entre os anos de 2015 e 2016, atribuindo a essa situação sete fatores descritos a seguir.



Ainda que alguns elementos macroeconômicos tenham obtido êxito, como por exemplo, a taxa de juros e inflação, ainda paira os elementos X1, X2, X3, X6, X7 sob nosso modelo atual. Independente do novo governante que poderá impactar negativamente ou positivamente os elementos X4 e X5 o cenário mundial sobre com uma guerra comercial (X1); a eminente necessidade de conter os gastos públicos tornará ainda maior a rigidez orçamentária (X2); não vislumbramos uma alteração no modelo político da fragmentação partidária (X3) e presidencialismo (X7). Esperamos que a lava jato (X6) proporcione um aceno positivo duradouro modificando o comportamento dos governantes.

Diante desse cenário apresentado entende-se que 2018 ainda será fortemente afetada no que tange a crise econômica e política. Ainda que mais branda pelos elementos apresentados, existe uma forte restrição ao crédito e uma tendência ao desemprego conforme pode-se observar pelos relatórios e autores já citados. Nestas condições torna-se eminente uma ação mais robusta da recuperanda.

○ Quarta Causa

A empresa não possuía até o presente momento uma estrutura organizacional com profissionais qualificados e com experiência no setor de NEGOCIAÇÕES E COMPRAS, sendo esse um dos principais temas dentro de uma Indústria Gráfica, conforme afirma a ABIGRAF que em matéria de sua revista técnica ao segmento destaca

que “para não comprometer a saúde financeira da gráfica, o jeito é administrar adequadamente cada gasto, compra e apostar na negociação com os fornecedores”.

Os especialistas ainda citam que o processo de compra e estoque em uma Indústria Gráfica correspondem em percentuais elevados para o sucesso da empresa uma vez que as margens estão cada vez menores e devido a este cenário as organizações acabam por elevar os volumes de pedidos. Essa solução pode ser benéfica, mas um único erro na negociação de aquisição de materiais que tem um forte impacto do câmbio ou ainda, um cálculo incorreto de consumo dos estoques acaba por levar o resultado da empresa.

“A administração adequada irá auxiliar na determinação dos níveis de estoque mais convenientes, nas mudanças na negociação junto aos fornecedores e algumas vezes nas correções necessárias da própria política de vendas da empresa”, explica Germani. O histórico das Compras efetuadas, por exemplo, e a previsão de comercializações futuras fornecem dados importantes para trabalhar a estocagem de produtos. “Mas também é preciso negociar prazos de entrega, parcelamento de pedidos e mesmo a possibilidade de entregas extraordinárias.”

CENÁRIO DO SETOR DA INDÚSTRIA GRÁFICA

A história do Setor Gráfico Brasileiro celebra 211 anos em 2019 em meio a sua maior crise que se mistura no Brasil com uma mudança cultural pela literatura, uma revolução digital e a maior crise econômica sofrida pelos brasileiros.

O surgimento desta, bem como da impressão, só foi possível pela invenção e refinamento das técnicas de fabricação de papel na China. Desde a invenção do papel à atualidade, a tecnologia de impressão muito evoluiu, marcando e fazendo história. A indústria gráfica é um setor de grande importância na economia nacional. Em 2007 o Brasil investiu cerca de US\$ 1,4 bilhão, com um faturamento de R\$ 22 bilhões, em média. Já em 2008, o setor representa 1% do Produto Interno Brasileiro (PIB) e mais de 3% do PIB industrial, sendo responsável pela geração de mais de duzentos mil empregos diretos.

O segmento gráfico só chegou ao Brasil em 1808, com a vinda da corte portuguesa. Desde então a história de um setor que sempre influenciou os rumos da economia brasileira, do ponto de vista das empresas, mas também por parte dos trabalhadores, foi se fazendo com o passar dos anos. Nesses duzentos anos, os empresários do setor gráfico tiveram lugar de destaque no crescimento do segmento. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), o Brasil possuía 17.962 estabelecimentos no ano de 2008.

○ Os Produtos e Serviços Oferecidos pela Indústria Gráfica

Quanto observamos a cadeia da INDÚSTRIA GRÁFICA podemos separar em dois grandes grupos, sendo eles: a) Produtos Gráficos e b) Processos Gráficos.

PRODUTOS GRÁFICOS									
DIVERSOS	COMERCIAIS			PROMOCIONAIS	ACONDICIONAMENTO		EDITORIAIS		
BANNERS / SINALIZAÇÃO	MAPAS	PRODUTOS PARA FESTAS	JOGOS / PUZZLES (QUEBRA-CABEÇAS)	ALBUNS	CÓDIGO DE BARRAS	CARTÕES / CONVITES / DIPLOMAS	CARTÕES DE CRÉDITO / TELEFÔNICOS	IMPRESSOS DE SEGURANÇA / CHEQUES / VALES	LOTERIAS
									ENVELOPES
									CADERNOS / AGENDAS
									FORMULÁRIOS CONTÍNUOS / JET MAILER
									PAPÉIS TIMBRADOS / IMPRESSOS PADRONIZADOS
									OUTDOORS
									ENCARTES / SUPLEMENTOS
									FOLHETOS / CATALOGOS
									CALENDÁRIOS / DISPLAYS
									PÔSTERES / CARTAZES
									ETIQUETAS ADESIVAS
									SACOLAS
									RÓTULOS
									EMBALAGENS FLEXÍVEIS
									EMBALAGENS RÍGIDAS
									EMBALAGENS SEMI-RÍGIDAS
									LISTAS TELEFÔNICAS
									GUIAS / ANUÁRIOS
									JORNAIS
									REVISTAS
									LIVROS

Observando mais atentamente em cada grande grupo existe os subprodutos, no caso dos PRODUTOS GRÁFICOS, temos cinco conjuntos, sendo eles:

- Editoriais
- Acondicionamento
- Promocionais
- Comerciais
- Diversos

Já o grupo de PROCESSOS GRÁFICOS, possui três conjuntos, sendo eles:

- Pré-impressão
- Impressão
- Acabamento

PROCESSOS GRÁFICOS														
ACABAMENTO					IMPRESSÃO					PRÉ-IMPRESSÃO				
HOLOGRAFIA	SHRINK	ENVELOPAGEM	LOMBADA CANOA	PVA	RELEVO	SERIGRAFIA	IMPOSIÇÃO ELETRÔNICA	PROVAS	PLATTER	COMPUTER-TO-PLATE	COMPUTER-TO-FILM	FOTOLITO CONVENCIONAL	CLICHÊRIA / LINOTIPO / FOTOCOMPOSIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS
LOMBADA QUADRADA	HOT MELT	COSTURA	BROCHURA	CAPA FLEXIVEL	CAPA DURA	PLASTIFICAÇÃO / LAMINAÇÃO	ENVERNIZAMENTO	HOT STAMPING	GOFAGEM	CORTE E VINCO	IMPRESSÃO DIGITAL	FLEXOGRAFIA	ROTOGRANURA	

Podemos rapidamente perceber que a recuperanda atua no segundo grupo – Processos Gráficos – ainda assim, ressalta-se que do mercado da Indústria Gráfica apenas o conjunto de ACONDICIONAMENTO obteve crescimento real e tem avançado devido a retração.

○ Aumento do consumo em 2019 deve impulsionar produção de embalagens

Após período de estagnação, em que fabricantes tiveram que intensificar o foco nas exportações, projeções de melhora do ambiente econômico criam expectativa de expansão para o segmento de embalagens de papel. O setor espera que a retomada do consumo impulse a produção de embalagens.

"Há a perspectiva de melhora em 2019. O segmento de embalagens tem uma ligação muito forte com o PIB. Acreditamos no crescimento da demanda", afirmou o diretor comercial da Ahlstrom-Munksjö na América Latina, Luciano Neves, ao jornal DCI. Já o gerente de estudos econômicos da Pöyry, Manoel Neves, destacou ao jornal que o papel para embalagem é diretamente beneficiado pela melhora do ambiente econômico. "É esperado um ciclo positivo e todo tipo de produto utiliza embalagens: alimentos, remédios, bens de consumo, entre outros".

Diante dessas projeções positivas, a Ahlstrom-Munksjö investiu cerca de R\$ 100 milhões em sua fábrica de Jacareí (SP) para ampliar a capacidade de produção de papéis especiais revestidos (utilizados na fabricação de embalagens). "Produzimos 105 mil toneladas de papel por ano. Com essa expansão, 100% dessa capacidade poderá ser convertida em papéis especiais", explica Luciano Neves. O executivo contou ainda que no ano passado a demanda do mercado interno ficou abaixo do esperado. "Tem sido difícil, cresceu muito pouco. Enxergamos a demanda bem morna, parecida com 2017".

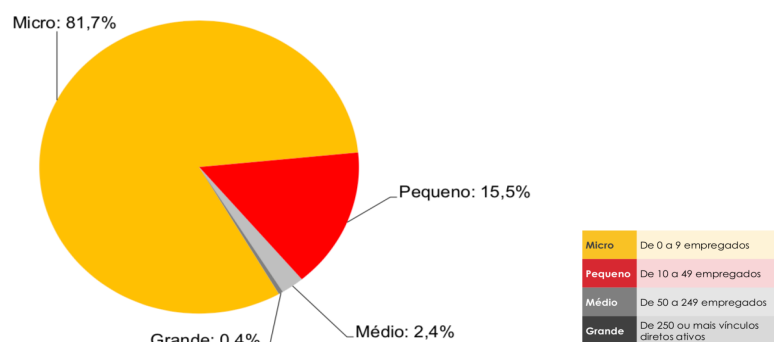
Para enfrentar o período de estagnação a empresa fez ajustes no planejamento original e manteve produção em 100% da capacidade instalada exportando mais. "Orientamos nosso negócio para desenvolver mercado e exportar mais. Nosso foco é a América Latina e também buscamos os Estados Unidos", conta Neves, que estima que as exportações totalizem cerca de 30% da produção nos últimos dois anos - anteriormente esse dado ficava em torno de 10%.

A empresa espera que, com a melhora da economia brasileira, esse percentual de exportações seja reduzido. "Quando o produto vai para exportação, o custo logístico é maior", destaca.

Além do investimento na unidade de Jacaréi, a empresa comprou uma fábrica de papéis especiais da MD Papéis, em Caieiras (SP). O investimento foi de aproximadamente R\$ 400 milhões. "Temos confiança no mercado brasileiro e na América Latina. Decidimos investir antes das eleições presidenciais e acreditamos no crescimento do segmento", afirma o executivo.

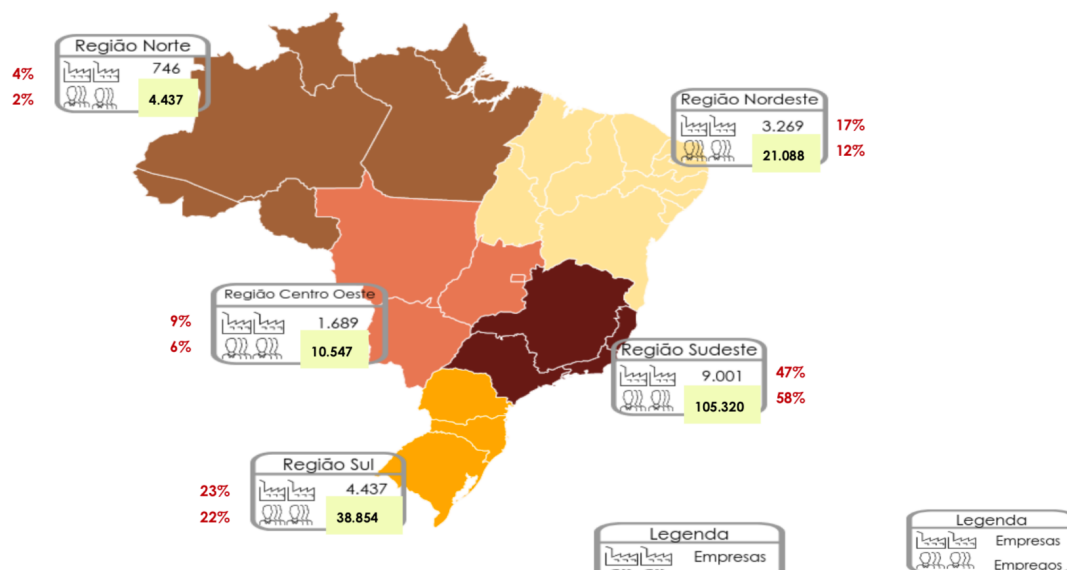
○ A Indústria Gráfica no Brasil em Números

A cadeia em que o cliente se encontra inserido é de alta complexidade, devido a forte informalidade do segmento devido a concentração de 97,2% do mercado em Micro e Pequenas Empresas no Brasil. A seguir, apresenta-se um contendo detalhamento de representação das empresas de Indústria Gráfica no Brasil por número de funcionários, já percebendo que a recuperanda encontra-se em uma faixa altamente exclusiva, onde apenas 2,4% das empresas no Brasil encontram-se.



Fonte: ABRIG (2018)

Um segundo fator importante de observar é a concentração do mercado no onde 47% encontra-se na Região Sudeste. Lembram-nos que esse segmento necessita de elevados volumes para sobreviver a crise devido as margens reduzidas. Desta forma ocorre uma forte concorrência desta região frente aos demais, ao contrário, lamentavelmente não é verdadeiro.

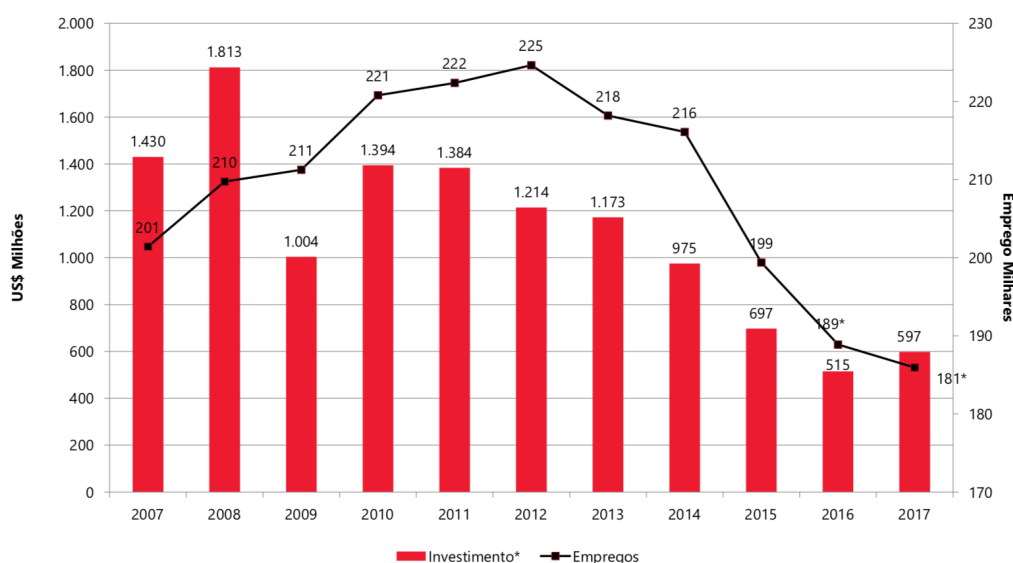


Fonte: RAIS, CAGED, Ministério do Trabalho e ABRIGRAF (2018).

○ A Crise no Setor da Indústria Gráfica no Brasil

Podemos perceber que a crise que alarma o segmento da Indústria Gráfica no Brasil não é atual, mas sim, foi altamente afetada em três momentos demonstrando que sofre uma forte influência internacional no segmento, sendo os momentos:

- 2009: a crise imobiliária de risco sistêmico que assolou o mundo teve sua origem em 2008 nos EUA, mas logo expandiu-se para as economias mais fracas. Em termos internacionais países como GRÉCIA, PORTUGAL e TURQUIA foram fortemente afetados chegando literalmente ao fundo do poço. Já no Brasil, neste mesmo momento fomos beneficiados pela maior safra da histórica e o câmbio que havia elevando-se devido a crise fez com que ocorrerá um superávit. Ainda assim, os investimentos desapareceram, afinal, os empresários já haviam percebido o cenário global.
- 2012: devido a forte intervenção política na economia e com seus fundamentos insustentáveis o Brasil chegou na crise que já havia iniciado há anos e que estava sendo contornada pela forte intervenção do governo com a utilização da reserva cambial que permitiram chegar até aquele momento com poucas oscilações, no entanto, o custo estimado para os brasileiros é de aproximadamente U\$ 300 bi.
- 2014: por fim a política superou os fundamentos econômicos e a grave crise que se instalou no Brasil devido a clara usurpação de bens públicos pelos políticos e agentes ao entorno culminou em uma das maiores crises econômicas, e políticas, em que o brasileiro já havia passado. Sem perspectivas e com um cenário cada vez mais devastador empresários encerram suas operações e o desemprego superou 14 milhões de pessoas.



Fonte: MDIC (DECON/ABIGRAF) 2018.

○ Perspectiva da Indústria Gráfica para 2019 no Brasil

Um modelo de negócios em constante evolução. Assim pode ser definido o panorama das indústrias gráficas no Brasil. Com a tecnologia cada dia mais fazendo parte do cotidiano do segmento, a inovação é fator primordial para a sobrevivência deste setor que se estima empregar mais de 180 mil pessoas, de acordo com último levantamento divulgado pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf). Em um ano em que foi iniciada uma diminuta recuperação econômica, as expectativas para 2019 tendem a ser mais elevadas.

Com um novo governo federal e as promessas de ajustes na economia que farão o Brasil voltar a crescer, o setor gráfico espera por dias melhores. Um dos fatores que acarretam essa esperança é a possibilidade de o valor do dólar permanecer mais baixo e estável, barateando o valor da celulose, que é regido pelo mercado internacional. Além disso, o investimento em novas tecnologias, especialmente aquelas voltadas à impressão digital acarretarão em agilidade e qualidade na produção. O cliente satisfeito é importante para a sobrevivência do negócio.

Num país em que o mercado de embalagens corresponde a 48,6% da produção, de acordo com a Abigraf, a retomada do crescimento da indústria é animador para a volta de um volume de negócios considerável. Também é importante ressaltar ações que incentivem o hábito da leitura, como o Projeto de Lei que tramita ainda na Câmara dos Deputados, sobre um percentual de 3% para a compra de livros para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A ampliação de políticas públicas dessa envergadura, além de beneficiar os cidadãos através da cultura, ajudaria, e muito, as indústrias gráficas brasileiras.

O perfil da indústria gráfica no Brasil é composto de 81,7% de micro e 15,5% de pequenas empresas. Por isso, é importante a união do setor em torno de uma associação, como a Abigraf Nacional e nos próprios estados, caso do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Sergipe (SIGES). Para o seu presidente, Walter Castro, é primordial essa interação entre os empresários para fortalecer o ambiente de negócios. "O SIGES está a disposição para auxiliar o industrial na relação com a federação das indústrias, na busca por capacitações e melhorias ao nosso trabalho. Valorizamos a participação em prêmios e sempre estamos em busca de parcerias para melhor atender toda nossa classe", afirma.

○ Projeto Gráfica do Futuro apresenta tendências para o setor

Com o intuito de auxiliar os empresários gráficos na busca de oportunidades frente às transformações que o mundo está passando, o Sindigraf-RS lançou, na noite desta quinta-feira (10/05), o projeto Gráfica do Futuro. A iniciativa, realizada em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL-RS) da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), apresentou tendências e sugestões para vencer os desafios do setor nos próximos cinco anos.

Diante de um auditório lotado na sede do sindicato, em Porto Alegre, o consultor Cristiano Franco abriu a programação com a palestra Um olhar sobre o futuro. Instigando os 63 presentes, de 33 empresas gaúchas, a pensar sobre as mudanças que estão ocorrendo, o especialista em Gestão Estratégica e Inovação apresentou pesquisas, cases e outros dados referentes a megatendências. Em termos de inovações físicas, ele destacou a criação de veículos com direção autônoma, o avanço da impressão 3D, ações de robótica avançada e novos materiais. Outras novidades, conforme o profissional, abrangem as áreas digital, como a Internet das Coisas (uma revolução tecnológica que busca conectar itens usados no dia a dia à internet), e biológica, por meio de avanços na Biologia Sintética e de novas descobertas sobre o DNA.

Na sequência, o analista técnico do IEL-RS Thomas Job Antunes apresentou os resultados de um estudo realizado com empresas do Estado para traçar o futuro da indústria gráfica. “As visitas mostraram que a maioria dos empreendedores costuma apagar incêndio e tem pouco tempo para pensar e se dedicar ao amanhã”, alerta. As perspectivas levantadas pela Cosmos – Curadoria de inovações e tendências envolvem temas como a Quarta Revolução Industrial, tecnologias emergentes, o crescimento de negócios digitais, a servitização (transição de fabricante de bens para fornecedor de soluções produto-serviço) e a convergência físico-digital. Fechando as atividades, as entidades divulgaram a realização de uma série de workshops chamada Toolbox, que busca potencializar o desenvolvimento de soluções inovadoras frente aos desafios do setor.

Para o empresário Leandro Maciel, da Angraf de Esteio, o evento ajudou a confirmar que a gráfica está no caminho certo. “Praticamos algumas das coisas apresentadas, como o e-commerce. Pretendo aprimorar ou desenvolver outras”, afirma. Já Miguel Holz, proprietário da Ideograf, de Porto Alegre, pretende usar os novos conhecimentos para definir possíveis mudanças nos rumos do negócio. “As informações foram muito interessantes para abrir os meus olhos sobre o que está acontecendo no mercado.”

CENÁRIO ECONÔMICO

O período para reconstrução empresas em recuperação tem se mostrado muito propício para o processo de retomado ao crescimento. Fato esse em razão da mudança governamental em que transita o Brasil. Analisando tecnicamente os movimentos apresentados pelo mercado interno, bem como pelos países investidores no Brasil houve uma modificação de tendência macroeconômicas.

o MACROECONÔMICO

Como em qualquer setor econômico, as variáveis macroeconômicas afetam diretamente os resultados financeiros da comercialização e prestação de serviços. No setor segmento de Serafina Correa, a realidade não é distinta e o ambiente macroeconômico influencia de modo direto o andamento do setor.

O empresário do setor Serafina Correa pode comprovar, diretamente, como o ambiente macro influencia os resultados microeconômicos. As elevadas taxas de desemprego, bem como a baixa taxa de confiança dos consumidores, somado a retração econômica entre 2015 a 2018, é um destes fatores influenciadores sobre o segmento.

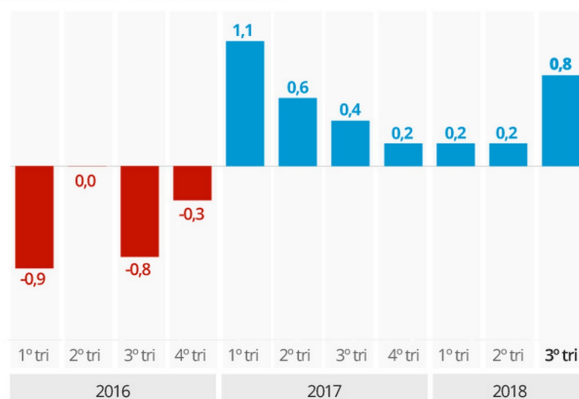
A alta do dólar e o aumento da taxa de juros, também são exemplos de variáveis macroeconômicas que possuem forte influência e controle sobre o rumo da atividade do segmento, pois afetam diretamente o crescimento das empresas, principal cliente da recuperando. Assim, para o segmento uma moeda mais estável e uma taxa de juros mais competitiva permite que os empresários realizem investimentos com projeções futuras mais estruturadas e juntamente com o crescimento retomem a contratação do serviço de telecomunicações.

Após a eleição do ilustre presidente Sr. Jair Messias Bolsonaro e suas medidas de austeridades que visam uma guinada no modelo econômico brasileiro para uma economia liberal o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro já demonstrou uma elevada

correção quando comparada aos anos anteriores. Podemos observar pelo gráfico apresentado a seguir.

VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



FONTE: IBGE

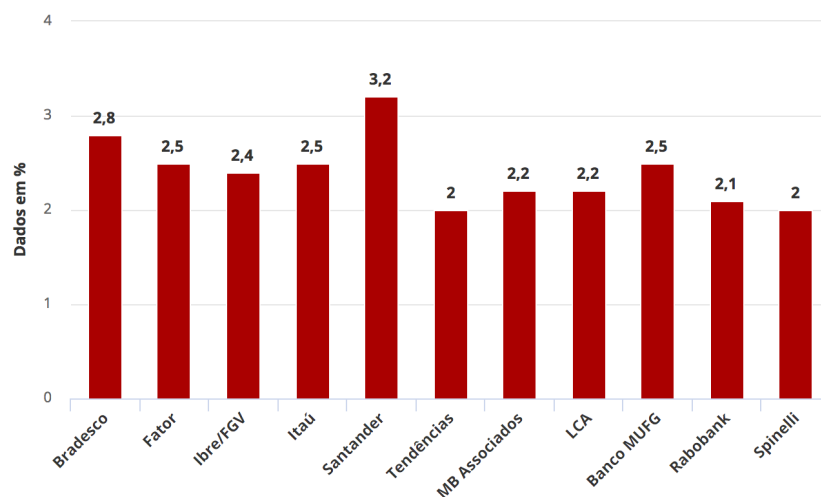


Infográfico elaborado em: 30/11/2018

Uma visão relevante para construção deste projeto trata-se da expectativa de crescimento para o ano de 2019, afinal é o ano onde a empresa buscará construir seu capital de giro próprio e realizar investimento para obter o crescimento de faturamento. Podemos observar que a média dos expertos consultados é de 2,40 p.p..

Expectativas de crescimento em 2019

Economistas projetam lenta recuperação

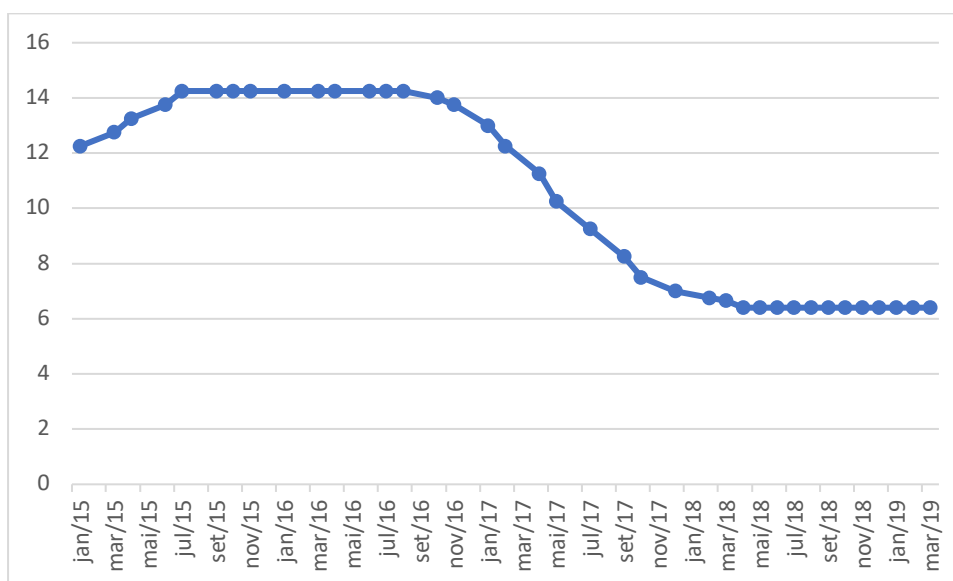


Fonte: Bancos e consultorias

○ TAXA SELIC

A taxa de juros em alta afeta negativamente os investimentos realizados. Quando a taxa de juros está em ascensão, o efeito contrário, que a economia brasileira apresenta, é redução dos investimentos, seja em novo maquinário, novas plantas ou novas tecnologias.

O aumento da taxa de juros da economia brasileira começou a tendência de alta, ao final do ano de 2012, quando o índice estava em 7,25%. Até aquele momento, o viés de alta era considerado natural, com o intuito de reequilibrar as contas públicas. O viés de alta acelerou ao final de 2014, com as incertezas geradas pelo processo eleitoral daquele ano e com o desequilíbrio da arrecadação gerado, dentre outros fatores, pela queda dos valores da commodities, como petróleo e minério de ferro, produtos que são carros-chefes da economia brasileira.



Fonte: Banco Central do Brasil, março de 2019.

Conforme podemos observar no gráfico acima, no segundo semestre de 2016 o viés de queda da taxa de juros se confirmou. No mês de janeiro de 2017, a taxa de juros estava na casa de 13%. No mês de outubro, a taxa de juros decaiu a 7,5%. Esta queda é um indicativo de retomada dos investimentos⁵. Atualmente em 6,40% a taxa Selic

⁵ Juro básico recua para 8,25% ao ano na 8ª queda seguida, menor nível em 4 anos. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/juro-basico-recua-para-825-ao-ano-na-8-queda-seguida-menor-nivel-em-4-anos.ghtml>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

demonstra um sinal de estabilidade, no entanto, a crise econômica ocasionou uma retração de crédito muito forte por parte dos bancos impedindo o desenvolvimento econômico pela falta de confiança dos empresários e consumidores.

Em publicação recente o Banco Santander por meio de seu economista Luciano Sobral e Rodolfo Margato emitiu um relatório revisando as projeções para 2018 e 2019. Neste relatório chama atenção a citação que “nossa visão de que, nos próximos anos, uma taxa Selic de 8,50% será compatível com a inflação no centro da meta”.

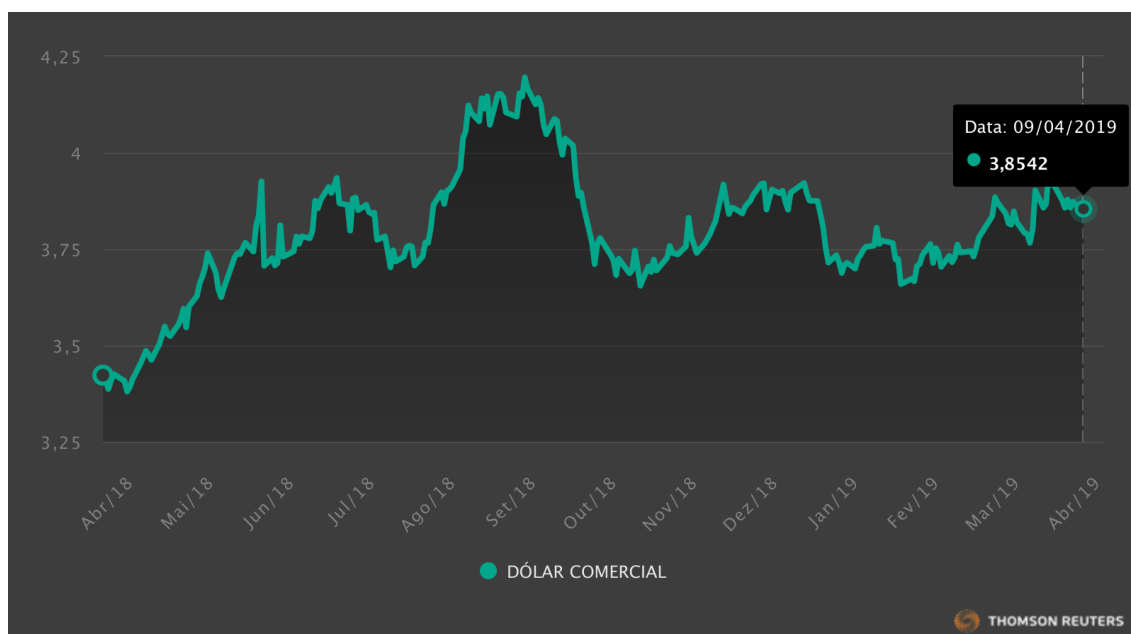
Em sete de janeiro de 2019 o Banco Central por meio do Relatório Focus emitiu uma nova previsão para a TAXA SELIC saindo de 7,13 p.p. para 7,00 p.p (Baixa). Quando comparado as previsões do momento em que houve o ingresso do pedido os ilustres economistas Luciano Sobras e Rodolfo Margato estimavam uma previsão de 8,50 p.p., ou seja, estamos com uma redução de 17,65% na expectativa, sendo que esse cenário é muito favorável a retomada do crescimento econômico, afinal, reduz o custo do dinheiro.

Mediana - Agregado	2019					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	
IPCA (%)	3,87	3,89	3,90	▲ (1)		117
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,86	3,90	3,93	▲ (2)		35
PIB (% de crescimento)	2,28	1,98	1,97	▼ (6)		70
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,70	3,70	3,70	= (9)		105
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	6,50	6,50	6,50	= (9)		106
IGP-M (%)	4,50	5,24	5,29	▲ (8)		71
Preços Administrados (%)	4,92	5,00	5,05	▲ (5)		34
Produção Industrial (% de crescimento)	2,80	2,50	2,50	= (1)		19
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-26,90	-26,25	-26,00	▲ (1)		32
Balança Comercial (US\$ bilhões)	51,00	50,25	50,28	▲ (1)		35
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	80,00	81,89	81,89	= (1)		30
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,25	56,20	56,20	= (1)		25
Resultado Primário (% do PIB)	-1,40	-1,30	-1,30	= (1)		28
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,33	-6,22	-6,22	= (2)		23

Fonte: Banco Central – Relatório Focus (março de 2019)

○ VARIAÇÃO CAMBIAL

Outra variável macroeconômica que influencia diretamente os resultados industriais é a variação do dólar. Em 1º de janeiro de 2014, o dólar comercial era negociado no Brasil ao valor de R\$ 2,40. O maior pico da moeda americana se deu cerca de um ano e meio depois, com a moeda alcançando R\$ 4,21 e em janeiro de 2018 atingido R\$ 4,20, conforme gráfico a seguir.



Fonte: Thomson Reuters (abril de 2019)

Esta enorme variação foi benéfica para a importações do setor industrial brasileiro, que cresceram 8%⁶, no ano de 2016. Por outro lado, os investimentos em maquinário e equipamentos, fortemente dependentes do valor da moeda norte-americana, foram reduzidos na casa de 4,8%⁷, durante o mesmo período. A moeda americana viu o seu valor voltar a tendência de queda, no início do ano de 2016. Atualmente, a moeda é negociada na casa dos R\$ 3,85 com forte oscilação devido ao cenário americano e situação política no Brasil.

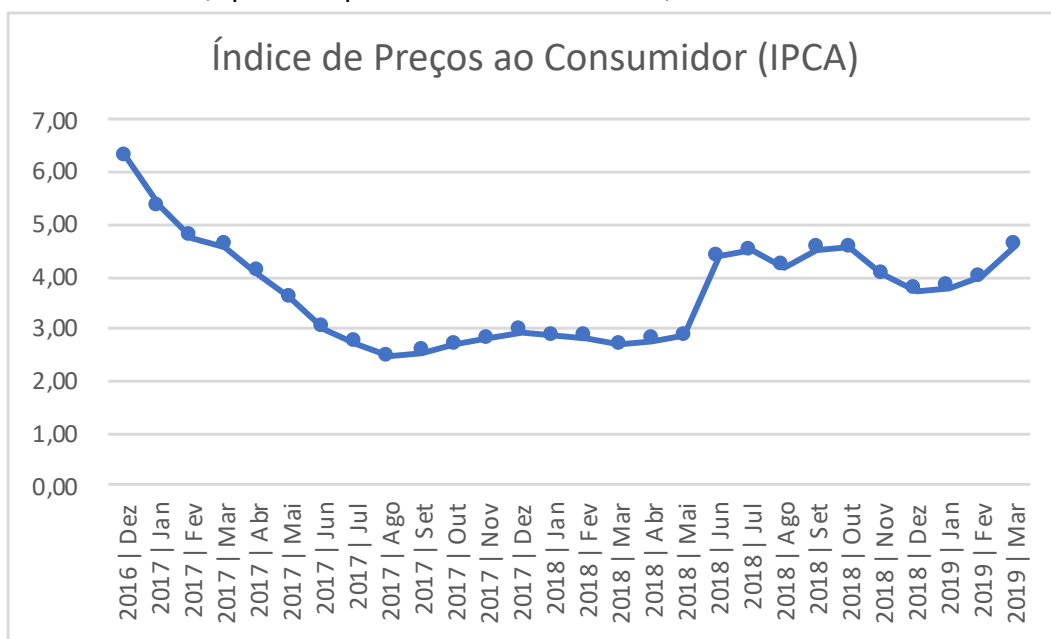
⁶ Portal Brasil. Brasil aumenta exportação de industrializados em 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/01/brasil-aumenta-exportacao-de-industrializados-em-2016>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

⁷ G1. Investimentos na economia caem no acumulado do ano, informa Ipea. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/investimentos-na-economia-caem-no-acumulado-do-ano-informa-ipea.ghtml>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

○ INFLAÇÃO BRASILEIRA

Um dos maiores pesadelos econômicos brasileiros é a inflação. Geralmente, é um sinal de mau presságio econômico a evolução positiva deste índice. Ao final do ano de 2014, a inflação brasileira voltou a acelerar, com picos de crescimento nos anos de 2015 e 2016. O resultado direto, do crescimento da inflação, é a redução do poder de compra do consumidor brasileiro, afetando diretamente a produção industrial, dado que, com menor movimentação e demanda do mercado, menor será a demanda e a produção industrial.

Além disso, em momentos de inflação elevada, o governo atua com políticas monetárias, de modo a conter o avanço do índice inflacionário. O somatório das medidas macroeconômicas restritivas e da redução do poder de compra resulta em todo o turbilhão econômico, que o empresariado bem conhece, dos anos de 2015 e 2016.



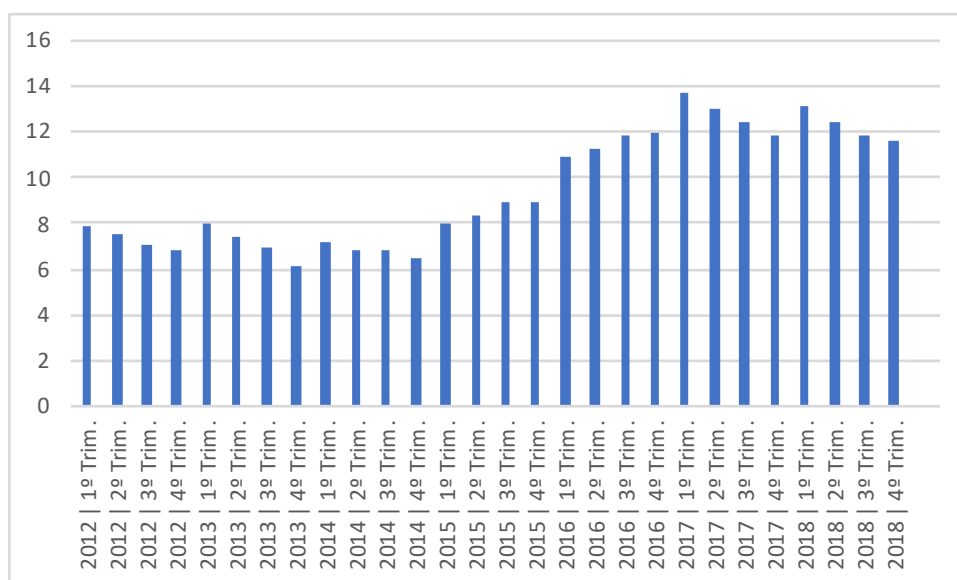
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), abril de 2019.

O indicador de Índice de Preço ao Consumido (IPCA) tem apresentado um forte crescimento devido ao ambiente político em que o Brasil se encontra, pelas pautas em debate neste momento, em especial, a reforma da previdência que vai demonstrar a força que o atual presidente possui e se poderá seguir sua governabilidade. Em março de 2019 o IPCA atingiu 4,58 p.p., ou seja, retornamos ao patamar de março de 2017 e qualquer aumento acima deste significa que estaremos retomando o cenário de

dezembro de 2016 que registrou número superior a 4,58 p.p., na ocasião, encerrou o mês acumulado em 6,29 p.p.

○ TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A falta de trabalho é um dos principais fatores para contração da economia em uma país, pois trata-se da geração de riqueza que permite a população realizar o consumo capaz de movimentar uma economia. A taxa média de desemprego em 2018 encerrou o ano com 12,3 contra 12,7 do final de 2017, apesar de uma leve melhora, em números absolutos podemos ter uma dimensão de mais de 12 milhões de pessoas sem emprego, situação que afeta expressivamente o cenário econômico.

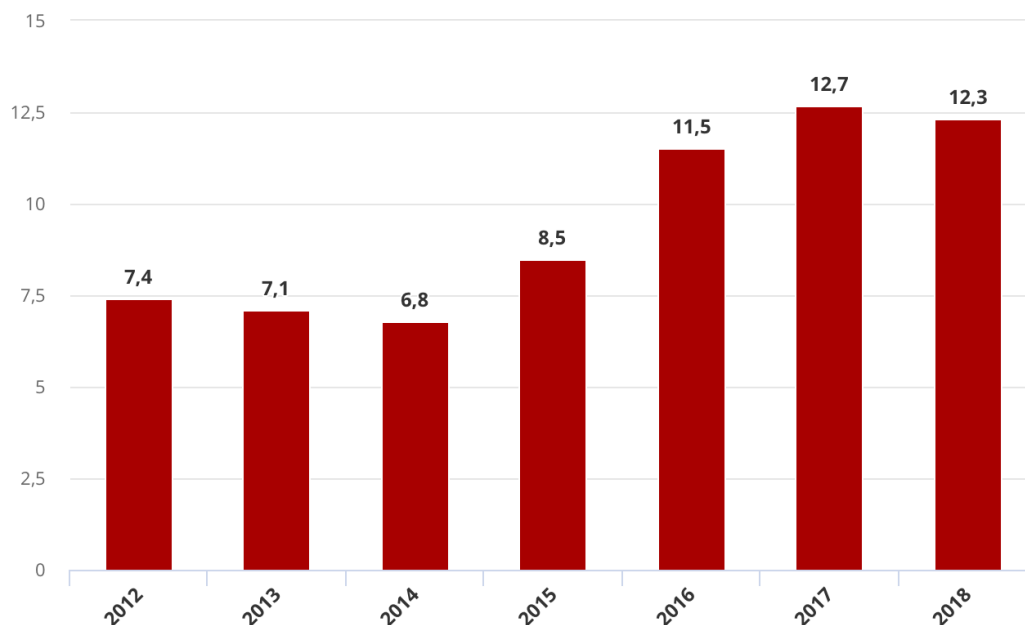


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), janeiro de 2019.

Conforme podemos constatar pelo gráfico e relatórios apresentados o cenário futuro apresenta um grau de severa dificuldade para impulsionar a economia brasileira tendo em vista que a contração dos recursos faz com que as famílias evitem ao máximo a utilização dos recursos devido a uma necessidade emergencial. Esse indicador é um dos principais influenciadores do Índice de Confiança do Consumidor (ICC).

Taxa de desemprego ano a ano

em %, desde início da série histórica



Fonte: IBGE

O jornal Correio Brasiliense em novembro de 2018 publicou a seguinte matéria:

Um em cada quatro desocupados está sem emprego há dois anos ou mais, apesar de a taxa de desemprego no Brasil ter caído para 11,9% — 12,5 milhões de pessoas — no trimestre encerrado em setembro. Percentual bem menor do que o do mesmo mês do ano passado, quando alcançou 12,4%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O contingente de desalentados — pessoas que já não procuram mais vaga por acharem que não vão conseguir — atingiu 4,78 milhões de indivíduos, ou 4,3% da força de trabalho. O número é ligeiramente menor do que o do segundo trimestre deste ano, de 4,83 milhões, o maior contingente de desalentados da série histórica. No entanto, quando comparado ao mesmo período de 2017, há aumento de 12,6%. Os desalentados, na época, somavam 4,24 milhões de pessoas.

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

De acordo com a legislação de recuperação Judicial, os credores são divididos em classes, sendo elas:

- Classe I – Credores Trabalhistas;
- Classe II – Credores com Garantia Real;
- Classe III – Quirografários;
- Classe IV – Quirografário Privilégio Especial (ME/EPP); e
- Classe V – Quirografário Fornecedores “Essenciais”.

A base de credores da Recuperanda contém as seguintes classes e seus respectivos valores apresentado de forma resumida para visão sistema, sendo estes:

Classificação	Valor do Crédito
Classe I – Trabalhistas	R\$ 323.785,80
Classe II – Garantia Real	R\$ 3.043.956,57
Classe III – Quirografária	R\$ 6.468.410,27
Classe IV – Quirografário Privilégio Especial (ME/EPP)	R\$ 2.263.924,20
Total Geral	R\$ 11.776.291,04

Fonte: informações do processo da empresa recuperanda.

○ PLANO DE PAGAMENTOS AOS CRÉDITOS SUJEITOS A RECUPERAÇÃO

A presente recuperação judicial possui quatro classes de credores, Classe I – Trabalhadores; Classe II – Garantia Real; Classe III – Quirografária; e Classe IV – Quirografário Privilégio Especial (ME/EPP).

Nas projeções do presente plano, foram considerados os valores informados na relação geral de credores apresentada pela empresa. A referida lista de credores poderá ser objeto de análise e ajuste pelo Administrador Judicial, que divulgará nova lista oportunamente, conforme previsto no Art. 7º, §2º da LRE.

O Plano de Pagamento foi concedido levando-se em consideração as projeções financeiras da empresa. Referidas projeções foram elaboradas partindo-se dos relatórios gerenciais e contábeis da empresa e realizando-se projeções para os próximos anos, incluindo-se algumas variáveis e fatores determinantes econômico-financeiro e de mercado.

O presente Plano de Recuperação prevê pagamento aos credores da seguinte forma:

CLASSE I – TRABALHISTAS

Visando atender a legislação vigente, ainda que com um grande esforço econômico, a empresa apresenta como proposta de pagamento em vinte e quatro parcelas iguais de R\$21.041,78 (Vinte e um mil com quarenta e um Reais com setenta e oito centavos), totalizando o montante de R\$ 505.002,72 (Quinhentos e cinco mil e dois Reais com setenta e dois centavos), poderá ser percebido que o valor é original, bem como sem deságio.

NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CPF	TOTAL
Sidimara Begnini	Rua José Pasqualotto nº201, Serafina Correa/RS	020.525.480-25	R\$ 6.267,24
Cristiane Fiori Nitz Fontana	Rua dos pinheiros nº 09, Serafina Correa/RS	016.066.270-23	R\$ 6.079,02
Leandro Marocco Dondoni	Rua Costa e Silva nº 750, Serafina Correa/RS	035.589.850-01	R\$ 4.422,71
Suelen Rigo Barrili	Rua da sabedoria nº 215, Serafina Correa/RS	027.091.030-10	R\$ 5.268,47

Continua...

Continuação...

NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CPF	TOTAL
Claudineia Conte	Distrito Bento Gonçalves Tres nº 36, Serafina Correa/RS	016.977.290-02	R\$ 8.158,58
Elisa da Silva	Rua Orestes Assoni, n. 61, apto. 201, Centro, Serafina Correa/RS.	027.919.710-17	R\$ 5.860,17
Geisibel Vieira Lamonato	Rua Jose Benjamin de Costa, n. 201, Bella Vista, Serafina Correa.	004.286.880-71	R\$ 5.457,47
Vanessa Rossoni	Rua Santos Dumont nº 403, Centro, Serafina Correa.	008.721.580-200	R\$ 30.754,24
Natalina Gris	Rua Ipiranga, nº 1457, casa, Planalto, Serafina Correa/RS.	497023600-30	R\$ 33.843,60
Elaine Brustolin	Rua do Imigrante, n. 219, apto. 102, Bairro Centro, Serafina Correa/RS.	983.434.910-68	R\$ 92.431,57
Jocelino Brustolin	Rua do Imigrante, n. 219, apto. 102, Bairro Centro, Serafina Correa/RS.	753.054.880-87	R\$ 26.843,47
Andreia Pagnussat de Menezes	Rua João Belenzier nº 300, Santa Lucia I - Serafina Corrêa	007.607.550-86	R\$ 11.065,62
Cassiano Roberto Do Amaral Mayer	Rua da republica nº 67, Rotta - Serafina Corrêa	020.117.070-13	R\$ 40.899,66
Marisel Cunha	Rua Castelo Branco nº 101, Rosario - Serafina Corrêa	809.804.140-91	R\$ 2.983,33
Cleito Fernandes	Rua Arvorezinha nº 79 Gramadinho- Serafina Corrêa	031.268.120-82	R\$ 2.163,08
João Paulo foza	Via Siena nº 1467 , Santin- Serafina Corrêa	032.238.300-57	R\$ 6.965,46
Samuel Junior Ferreira Scheffer	Via Capri nº 195, Loteamento Grappa- Serafina Corrêa	029.532.150-42	R\$ 7.448,11
Andreia Zanella	Rua Jose Pasqualoto nº 78, Bloco 05 Apto 102 Centro- Serafina Corrêa	705.718.210-49	R\$ 46.774,41
Juliana Cordazzo	Rua Oretes Assoni nº 1278 , Jardim Italia- Serafina Corrêa	010.857.740-66	R\$ 30.684,86
Luana Felappi	Rua Padre Sergio Calza nº 1337 Santin Serafina Corrêa	029.961.710-63	R\$ 2.411,97
Carlos Andre Furtado Gonzales	Avenida Artuur Oscar nº 2282 , Ape 202 Centro- Serafina Corrêa	956.281.180-87	R\$ 2.864,03
Geisson Vicentin Cunha	Rua Orestes Assoni nº 61, Ape 201 , Centro- Serafina Corrêa	405.499.088-62	R\$ 28.162,43
Josue Cappelli Fontanive	Rua Dionisio Rottava nº 227, Ape 104 Bella Vista- Serafina Corrêa	987.129.930-34	R\$ 52.384,69
Neusa Ceutti Petri	Rua Padre Luiz Pedrazani nº 1719, Centro- Serafina Corrêa	642.824.060-20	R\$ 2.975,29
Leandro Marocco Dondoni	Rua Padre Luiz Pedrazani nº 1580, Centro- Serafina Corrêa	807.032.910-68	R\$ 41.833,24
TOTAL			R\$ 505.002,72

Para permitir maior avaliação detalha-se a montagem do cálculo

CPF	RESCISÃO	MULTA 477 CLT	PARCIAL	MULTA FGTS	TOTAL
016.977.290-02	R\$ 6.773,58	R\$ 1.385,00	R\$ 8.158,58	R\$ -	R\$ 8.158,58
027.919.710-17	R\$ 4.510,17	R\$ 1.350,00	R\$ 5.860,17	R\$ -	R\$ 5.860,17
004.286.880-71	R\$ 4.147,47	R\$ 1.310,00	R\$ 5.457,47	R\$ -	R\$ 5.457,47
008.721.580-200	R\$ 26.303,64	R\$ 4.450,60	R\$ 30.754,24	R\$ -	R\$ 30.754,24
497023600-30	R\$ 9.433,59	R\$ 1.558,41	R\$ 10.992,00	R\$ 22.851,60	R\$ 33.843,60
983.434.910-68	R\$ 48.039,59	R\$ 8.225,11	R\$ 56.264,70	R\$ 36.166,87	R\$ 92.431,57
753.054.880-87	R\$ 10.077,11	R\$ 2.864,55	R\$ 12.941,66	R\$ 13.901,81	R\$ 26.843,47
007.607.550-86	R\$ 6.388,05	R\$ 4.677,57	R\$ 11.065,62	R\$ -	R\$ 11.065,62
020.117.070-13	R\$ 22.977,73	R\$ 4.194,81	R\$ 27.172,54	R\$ 13.727,12	R\$ 40.899,66
809.804.140-91	R\$ 1.483,33	R\$ 1.500,00	R\$ 2.983,33	R\$ -	R\$ 2.983,33
031.268.120-82	R\$ 563,08	R\$ 1.600,00	R\$ 2.163,08	R\$ -	R\$ 2.163,08
032.238.300-57	R\$ 4.394,49	R\$ 1.310,00	R\$ 5.704,49	R\$ 1.260,97	R\$ 6.965,46
029.532.150-42	R\$ 5.071,69	R\$ 1.575,00	R\$ 6.646,69	R\$ 801,42	R\$ 7.448,11
705.718.210-49	R\$ 22.250,06	R\$ 3.420,68	R\$ 25.670,74	R\$ 21.103,67	R\$ 46.774,41
010.857.740-66	R\$ 15.108,70	R\$ 2.730,00	R\$ 17.838,70	R\$ 12.846,16	R\$ 30.684,86
029.961.710-63	R\$ 994,47	R\$ 1.417,50	R\$ 2.411,97	R\$ -	R\$ 2.411,97
956.281.180-87	R\$ 1.086,86	R\$ 1.381,60	R\$ 2.468,46	R\$ 395,57	R\$ 2.864,03
405.499.088-62	R\$ 14.060,78	R\$ 2.574,21	R\$ 16.634,99	R\$ 11.527,44	R\$ 28.162,43
987.129.930-34	R\$ 25.701,09	R\$ 2.868,88	R\$ 28.569,97	R\$ 23.814,72	R\$ 52.384,69
642.824.060-20	R\$ 1.593,69	R\$ 1.381,60	R\$ 2.975,29	R\$ -	R\$ 2.975,29
807.032.910-68	R\$ 17.290,33	R\$ 3.934,78	R\$ 21.225,11	R\$ 20.608,13	R\$ 41.833,24
	R\$ 264.886,94	R\$ 61.110,30	R\$ 325.997,24	R\$ 179.005,48	R\$ 505.002,72

Em aprovado a proposta, com primeiro vencimento no 1^o mês após o trânsito em julgado da homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL publicado no Diário da Justiça Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

CLASSE II – GARANTIA REAL

Tendo em vista a condição financeira e a capacidade de geração de caixa da RECUPERANDA, apresentada neste PLANO, a proposta de pagamento dos CREDORES da Classe-II (Garantia Real) prevê deságio de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o total dos créditos. O saldo remanescente após a aplicação do deságio, será pago em 120 parcelas mensais, sucessivas e crescentes (principal acrescido de juros do período), com primeiro vencimento no 25º mês após o trânsito em julgado da homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL publicado no Diário da Justiça Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Item	Empresa do Grupo	Credor	CNPJ/CPF do credor	Número do Contrato/NF	Valor
116	ALBAM	Banco Volkswagen	59.109.165/0001	5234	R\$ 53.348,00
115	ALBAM	Banco Volkswagen	59.109.165/0001	5233	R\$ 5.597,10
114	ALBAM	Banco Volkswagen	59.109.165/0001	18254	R\$ 5.702,89
109	ALBAM	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0698-13	19626	R\$ 51.241,53
108	ALBAM	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0698-13	19278	R\$ 48.083,62
107	ALBAM	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0698-13	19277	R\$ 468.603,46
106	ALBAM	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0698-13	18265	R\$ 1.065.721,26
97	ALBAM	BANCO DO BRASIL	00.000.000/2000-18	400901569	R\$ 680.692,23
96	ALBAM	BANCO DO BRASIL	00.000.000/2000-18	409001568	R\$ 664.966,48

A forma de pagamento ocorrerá escalonada, dividida em parcelas iguais, de 10% anualmente, percentualmente sobre o saldo devedor. Desta forma a empresa poderá honrar com seus compromissos e ainda ampliar seu processo produtivo permitindo novas contratações e desenvolvimento econômico da região. Para melhor compreensão apresenta-se a seguir um quadro detalhado sobre o processo de pagamento.

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14
RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)	RS (207.895)

Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial (TR), percentual previsto acumulado de 0,99% a.a., criada pela Lei 8.177/91, de 01/03.1991 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) de número 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano. Ampliou-se o percentual de juros remuneratório além do convencional utilizado em processos de reestruturação para aproximar a correção ao Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC) dos últimos doze meses, valor este em 3,16 p.p..

Os credores desta categoria receberão de forma igualitária o recurso destinado para cada período, sendo a distribuição entre os credores regida pela fração percentual correspondente do montante da dívida do Classe e Subclasse. Assim, cada credor poderá observar o montante a ser recebido, sendo esse critério necessário para atender o preceito de isonomia.

Quirografário (sem garantia específica)	Principal	Juros + TR	Pagamento	Saldo Devedor
Lista de Credores	R\$3.043.956,57			R\$3.043.957
Deságio	R\$ (1.369.780,46)			R\$1.674.176
Carência		R\$100.116		R\$1.774.292
Ano 1		R\$53.051	(R\$207.895)	R\$1.619.448
Ano 2		R\$48.422	(R\$207.895)	R\$1.459.975
Ano 3		R\$43.653	(R\$207.895)	R\$1.295.733
Ano 4		R\$38.742	(R\$207.895)	R\$1.126.580
Ano 5		R\$33.685	(R\$207.895)	R\$952.370
Ano 6		R\$28.476	(R\$207.895)	R\$772.951
Ano 7		R\$23.111	(R\$207.895)	R\$588.167
Ano 8		R\$17.586	(R\$207.895)	R\$397.858
Ano 9		R\$11.896	(R\$207.895)	R\$201.859
Ano 10		R\$6.036	(R\$207.895)	(R\$0)

CLASSE III – TITULARES DE CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

Subclasse III - A. Serão identificados como “Subclasse III – A” aqueles créditos pertencentes a Classe III – Quirografária, com valores inscritos na LISTA DE CREDORES acima de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo).

Tendo em vista a condição financeira e a capacidade de geração de caixa da RECUPERANDA, apresentada neste PLANO, a proposta de pagamento dos CREDORES da Classe-III A (Quirografários) prevê deságio de 60% sobre o total dos créditos. O saldo remanescente após a aplicação do deságio, será pago em 144 parcelas mensais, sucessivas e crescentes (principal acrescido de juros do período), com primeiro vencimento no 25º mês após o trânsito em julgado da homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL publicado no Diário da Justiça Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

CREDOR	CNPJ/CPF do credor	Valor	Natureza	Endereço do Credor
ANS IMPRESSOES GRAFICAS LTDA.	05677050/0001-21	R\$ 227.264,32	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Dona Teodora, 1461 - Farrapos - POA/RS 90240-300
ANTALIS DO BRASIL PRODUTOS PARA A INDUSTRIA GRAFICA LTDA.	07305586/0001-41	R\$ 280.257,11	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Joao Paulo Albas, 777 - Jd da Gloria - Cotia/SP 06711-250
CREDIAL MANUFATURA DE PAPEIS LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	87864237/0001-07	R\$ 17.453,01	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Pe.Luis Pedrazzani, 187 - Serafina Correa/RS 99250-000
CREMAPAR PARTICIPACOES LTDA.	13106006/0001-90	R\$ 12.000,00	Quirografário (sem garantia específica)	Via Peruggia, 350 Centro - Serafina Correa/RS 99250-000
DOBRAGRAF - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA	03835081/0001-38	R\$ 10.660,00	Quirografário (sem garantia específica)	Av.General Penha Brasil, 2700 - São Paulo/SP 02673-000
REDIMAR ANTONIO FAVERO & CIA LTDA	02314317/0001-28	R\$ 30.840,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Bellumo, 1739 - Aparecida - Serafina Correa/RS 99250-000
KESEPE papéis LTDA	81164691/0001-60	R\$ 261.597,73	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Eugenio Lange, 187 - Morumbi - Cascavel/PR 55818-577
Kodak	61186938/0010-23	R\$ 22.186,57	Quirografário (sem garantia específica)	Rod Pres Dutra, s/nº - Rio Comprido - São José dos Pinhais/SP 12240-420
Laciane	18181313/0001-59	R\$ 199.415,50	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Joana Silveira da Cruz Brito, 601 - Seculo - Tres Pontas/MG 37190-000
Marcelo Limalson	19922234/0001-14	R\$ 44.318,16	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Francisco Petuco, 45 - Boa Vista - POA/RS 90520-620
Mibout SP	02034206/0006-72	R\$ 8.582,20	Quirografário (sem garantia específica)	Rua do Curtume, 738 - Lapa de Baixo - São Paulo/SP 05065-001
Passalacqua & CIA LTDA	55973366/0020-00	R\$ 10.742,64	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Papa Joao XXIII, 989 - Vila Cachoeirinha - Cachoeirinha/RS 94910-170
Suzano - Colônia	16404287/0001-55	R\$ 189.768,39	Quirografário (sem garantia específica)	Av.Prof.Magalhaes Neto, 1752 - Pituba/BA 41810-012
TNT Mercúrio Cargas	95591723/0045-30	R\$ 83.529,42	Quirografário (sem garantia específica)	Rod. RS 130 KM 74, 1295 - Campestre - Lajeado/RS 95900-000
Transportes Dalme	02491143/0001-79	R\$ 21.300,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Ipiranga, 843 - Planalto - Serafina Correa/RS 99250-000
BANCO DO BRASIL	00.000.000/2000-18	R\$ 544.503,39	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Miguel Soccol, 2770 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	92.702.067/ 0159-75	R\$ 985.989,64	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Arthur Oscar, 1288 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	92.702.067/ 0159-75	R\$ 47.833,24	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Arthur Oscar, 1288 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	92.702.067/ 0159-75	R\$ 28.444,86	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Arthur Oscar, 1288 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	92.702.067/ 0159-75	R\$ 113.333,40	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Arthur Oscar, 1288 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
BANCO ITAU	92.702.067/ 0159-75	R\$ 59.679,06	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Dos Andraes 1143 - Centro - Cep: 90020-015 - Porto Alegre/RS
SICREDI	87.795.639/0011-60	R\$ 156.155,59	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Miguel Soccol, 526-636 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
SICREDI	87.795.639/0011-60	R\$ 120.959,68	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Miguel Soccol, 526-636 - Centro, Serafina Corrêa - RS, 99250-000
SBF Financial Services S/A	97.406.706/0001-90	R\$ 116.666,60	Quirografário (sem garantia específica)	Alameda Rio Negro, Nº 750 - Fundos - Complemento: 2º Andar - Sala 3 - Alphaville - Barueri - SP - CEP: 06454-000
Crempar Participações Ltda	13.106.006/0001-90	R\$ 442.186,89	Quirografário (sem garantia específica)	Avemida Peruggia, 350 - Serafina Correa - RS - 99250-000
Crempar Participações Ltda	13.106.006/0001-90	R\$ 353.542,88	Quirografário (sem garantia específica)	Avemida Peruggia, 350 - Serafina Correa - RS - 99250-000
Crempar Participações Ltda	13.106.006/0001-90	R\$ 123.967,14	Quirografário (sem garantia específica)	Avemida Peruggia, 350 - Serafina Correa - RS - 99250-000

A forma de pagamento ocorrerá escalonada, dividida em parcelas iguais, de 8,33% anualmente, percentualmente sobre o saldo dever. Desta forma a empresa poderá honrar com seus compromissos e ainda ampliar seu processo produtivo permitindo novas contratações e desenvolvimento econômico da região. Para melhor compreensão apresenta-se a seguir um quadro detalhado sobre o processo de pagamento.

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14
RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)	RS (192.092)

Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial (TR), percentual previsto acumulado de 0,99% a.a., criada pela Lei 8.177/91, de 01/03.1991 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) de número 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano. Para simulação da taxa referencial média utilizou-se um histórico de sete anos e uma avaliação de cenário. Ampliou-se o percentual de juros remuneratório além do convencional utilizado em processos de

reesutrutuação para aproximar a correção ao Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC) dos últimos doze meses, valor este em 3,16 p.p..

Os credores desta categoria receberão de forma igualitária o recurso destinado para cada período, sendo a distribuição entre os credores regida pela fração percentual correspondente do montante da dívida do Classe e Subclasse. Assim, cada credor poderá observar o montante a ser recebido, sendo esse critério necessário para atender o preceito de isonomia.

Quirografário (sem garantia específica)	Principal	Juros + TR	Pagamento	Saldo Devedor
Lista de Credores	R\$4.513.177,42			R\$4.513.177
Deságio	R\$ (2.707.906,45)			R\$1.805.271
Carência		R\$107.955		R\$1.913.226
Ano 1		R\$57.205	(R\$192.092)	R\$1.778.340
Ano 2		R\$53.172	(R\$192.092)	R\$1.639.420
Ano 3		R\$49.019	(R\$192.092)	R\$1.496.347
Ano 4		R\$44.741	(R\$192.092)	R\$1.348.996
Ano 5		R\$40.335	(R\$192.092)	R\$1.197.239
Ano 6		R\$35.797	(R\$192.092)	R\$1.040.944
Ano 7		R\$31.124	(R\$192.092)	R\$879.976
Ano 8		R\$26.311	(R\$192.092)	R\$714.196
Ano 9		R\$21.354	(R\$192.092)	R\$543.458
Ano 10		R\$16.249	(R\$192.092)	R\$367.616
Ano 11		R\$10.992	(R\$192.092)	R\$186.515
Ano 12		R\$5.577	(R\$192.092)	R\$0

Subclasse III-B. Serão identificados como “Subclasse III – B” aqueles créditos pertencentes a Classe III – Quirografária, com valores inscritos na LISTA DE CREDORES abaixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais e um centavo).

A proposta de pagamento dos CREDORES “Subclasse III – B” não prevê deságio sobre o total dos créditos. O saldo será pago em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com primeiro vencimento 30 dias após o trânsito em julgado da homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

CREDOR	CNPJ/CPF do credor	Valor	Natureza	Endereço do Credor
BRINGER DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA	94001541/0001-04	R\$ 4.341,24	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Cruzeiro, 300 - Distr. Industrial - Cachoeirinha/RS 94930-615
CANOPUS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	68958487/0001-53	R\$ 3.861,11	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Serra da Borborema, 22 - Campanário - Diadema/SP 09930-580
DIMEL MATERIAIS DE EMBALAGEM LTDA	89184238/0001-28	R\$ 3.521,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Pres. Lucena, 4266 Rosas - Estância Velha/RS 93600-000
Hubert	61968392/0001-71	R\$ 2.199,38	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Guape, 10767 - Jd. Belval - Barueri/SP 06422-120
Horle	76489533/0001-40	R\$ 7.392,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rod. do Café, s/nº Vila Nova - Campo Largo/PR 83607-000
Matrizcompa	01554380/0001-79	R\$ 3.735,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Marques do Alegre, 91 - São João - POA/RS 91020-030
Opcao Offset	11489518/0001-57	R\$ 3.200,00	Quirografário (sem garantia específica)	Av. Gov. Adhemar Pereira de Barros, 210 - São Paulo/SP 03454-070
Sul Art Bronze	03925988/0001-98	R\$ 3.853,00	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Dona Otília, 430 - Cachoeirinha/RS 94910-270
Wine Tech do Brasil Ltda	03268385/0001-60	R\$ 4.837,30	Quirografário (sem garantia específica)	Rua Achilles Orlando Curtolo, 499 - Barra Funda - São Paulo/SP 01144-010

Os credores desta categoria receberão de forma igualitária o recurso destinado para cada período, sendo a distribuição entre os credores regida pela fração percentual correspondente do montante da dívida do Classe e Subclasse.

DEMONSTRACOES FINANCEIRAS	2019 Previsto	Ano 1
Quirografários abaixo de R\$ 10 mil		R\$ (36.941)

Assim, cada credor poderá observar o montante a ser recebido, sendo esse critério necessário para atender o preceito de isonomia.

CLASSE IV – QUIROGRAFÁRIO PRIVILÉGIO ESPECIAL (ME/EPP)

A proposta de pagamento dos CREDORES “Subclasse III – B” prevê deságio de 50% sobre o total dos créditos. O saldo será pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com primeiro vencimento no dia 25^o mês após o trânsito em julgado da homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL publicado no Diário da Justiça Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14
		R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)	R\$ (109.142)

Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial (TR), percentual previsto acumulado de 0,99% a.a., criada pela Lei 8.177/91, de 01/03.1991 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) de número 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano.

A correção após o deságio sempre incidirá sobre o saldo devedor, considerando o período entre o deferimento do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL e a data de cada amortização. Ampliou-se o percentual de juros remuneratório além do convencional utilizado em processos de reestruturação para aproximar a correção ao Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC) dos últimos doze meses, valor este em 3,16 p.p..

Os credores desta categoria receberão de forma igualitária o recurso destinado para cada período, sendo a distribuição entre os credores regida pela fração percentual correspondente do montante da dívida do Classe e Subclasse. Assim, cada credor poderá observar o montante a ser recebido, sendo esse critério necessário para atender o preceito de isonomia.

Quirografário (sem garantia específica)	Principal	Juros + TR	Pagamento	Saldo Devedor
Lista de Credores	R\$2.051.417,80			R\$2.051.418
Deságio	R\$ (1.025.708,90)			R\$1.025.709
Carência		R\$61.337		R\$1.087.046
Ano 1		R\$32.503	(R\$109.142)	R\$1.010.407
Ano 2		R\$30.211	(R\$109.142)	R\$931.477
Ano 3		R\$27.851	(R\$109.142)	R\$850.186
Ano 4		R\$25.421	(R\$109.142)	R\$766.465
Ano 5		R\$22.917	(R\$109.142)	R\$680.240
Ano 6		R\$20.339	(R\$109.142)	R\$591.438
Ano 7		R\$17.684	(R\$109.142)	R\$499.980
Ano 8		R\$14.949	(R\$109.142)	R\$405.788
Ano 9		R\$12.133	(R\$109.142)	R\$308.779
Ano 10		R\$9.232	(R\$109.142)	R\$208.870
Ano 11		R\$6.245	(R\$109.142)	R\$105.973
Ano 12		R\$3.169	(R\$109.142)	R\$0

PLANO DE PAGAMENTO AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O passivo tributário da RECUPERANDA compõe as dívidas de origem tributária federal e estadual. Entre os créditos devidos a União e Estado a RECUPERANDA possui tributos parcelas, bem como, outro que se encontram em situação de atraso.

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13
		R\$ (455.685)	R\$ (485.305)	R\$ (516.850)	R\$ (550.445)	R\$ (586.224)	R\$ (624.328)	R\$ (664.910)	R\$ (566.503)			

Fonte: Plano em Fase Postulatória, março de 2019.

É de entendimento da RECUPERANDA que para a recuperação e reestruturação da organização os tributos devidos devem ser quitados. Consoante desta necessidade a empresa buscará junto aos órgãos competentes o alongamento e parcelamento dos tributos devidos.

COMPENSAÇÃO

Os credores, de qualquer Classe que se encontrem, simultaneamente, na condição de credores e de clientes e/ou devedores da recuperada, terão os seus créditos quitados, integral ou parcialmente, conforme os valores de cada crédito e débito, por meio de compensação, ex vi do art. 368 do Código Civil.

Será efetuada a compensação dos valores devidos e contemplados na presente forma de pagamento com os valores devidos pelo credor ALBAN CREMA E CIA LTDA, desde que o valor compensado não seja superior àquele devido pela ALBAN CREMA E CIA LTDA, conforme previsto neste plano, em sua respectiva competência. Igual tratamento aplicar-se-á às hipóteses de adiantamentos a fornecedores ou bônus comercial, casos em que tais fornecedores terão os seus créditos sujeitos aos efeitos da recuperação compensados com os valores eventualmente adiantados como garantia de fornecimento ou descontos concedidos a título de bônus comercial.

Poderá a empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA e o respectivo fornecedor acordar, caso a caso, que o pagamento do crédito sujeito à recuperação dar-se-á na forma ordinária prevista neste plano, compensando-se o adiantamento em fornecimentos futuros. Os adiantamentos a fornecedores, na hipótese de efetiva compensação, terão como

contrapartida contábil a baixa de fornecedores, clientes ou funcionários, aplicando-se a regra do art. 368 do Código Civil e, analogicamente, a do art. 122 da Lei 11.101/05.

PREMISSAS UTILIZADAS

A definição das premissas teve como embasamento os documentos recebidos da RECUPERANDA, conforme já exposto neste estudo, bem como é oriundo do consenso obtido em reuniões com os proprietários, diretores e responsáveis pelas áreas. Também foi analisado o cenário econômico, o mercado de atuação da empresa, levando em consideração as perspectivas futuras e a reestruturação organizacional proposta pela RECUPERANDA.

○ CONDIÇÕES GERAIS

As projeções contemplam o efeito inflacionário ao longo do período, tendo como base as projeções macroeconômicas apresentadas pelo Banco Itaú BBA, sendo o maior *corporate & investment bank* da América Latina, atualizado em março de 2019. Segmentando por grupo de conta, como por exemplo, Folha de Pagamento contemplou um aumento de 2 p.p. acima do INPC do período, como é usual pelo mercado.

Já para o grupo dos aluguéis e semelhantes adotou-se o IGPM-M e para as demais contas utilizou o INPC. Além disso, devido a relevância da exportação para um cliente relevante da empresa utilizou-se um modelo de variável dependente para melhorar a assertividade da receita projetada.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019P	2020P
Atividade Econômica								
Crescimento real do PIB - %	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1	2,0	2,7
PIB nominal - BRL bi	5.332	5.779	5.996	6.267	6.554	6.828	7.227	7.681
PIB nominal - USD bi	2.468	2.455	1.800	1.797	2.053	1.868	1.922	1.993
População - Milhões	200,0	201,7	203,5	205,2	206,8	208,5	210,1	211,8
PIB per capita - USD	12.342	12.169	8.847	8.762	9.929	8.957	9.148	9.411
Taxa nacional de desemprego - média anual (*)	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3	12,1	11,6
Taxa nacional de desemprego - fim do ano (*)	6,8	7,1	9,6	12,7	12,5	12,3	11,8	11,5
Inflação								
IPCA - %	5,9	6,4	10,7	6,3	2,9	3,7	3,6	3,6
IGP-M - %	5,5	3,7	10,5	7,2	-0,5	7,5	4,1	3,7
Taxa de Juros								
Selic - final do ano - %	10,00	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	6,50	6,50
Balanco de Pagamentos								
BRL / USD - final de período	2,36	2,66	3,96	3,26	3,31	3,88	3,80	3,90
Balança comercial - USD bi	2	-4	20	48	67	58	60	53
Conta corrente - % PIB	-3,2	-4,1	-3,0	-1,3	-0,3	-0,8	-0,9	-1,8
Investimento direto no país - % PIB	2,8	3,9	4,2	4,4	3,4	4,7	4,5	4,9
Reservas internacionais - USD bi	376	374	369	372	382	387	387	387
Finanças Públicas								
Resultado primário - % do PIB	1,7	-0,6	-1,9	-2,5	-1,7	-1,6	-1,4	-0,8
Resultado nominal - % do PIB	-3,0	-6,0	-10,2	-9,0	-7,8	-7,1	-6,5	-5,8
Dívida pública bruta - % do PIB	51,5	56,3	65,5	69,9	74,1	77,2	79,2	80,1
Dívida pública líquida - % do PIB	30,6	33,1	36,0	46,2	51,6	54,2	58,0	60,2

Fonte: FMI, Bloomberg, IBGE, BCB, Haver e Itaú

(*) Taxa de desemprego medida pela Phad Continua

Fonte: Banco Itaú (março de 2019)⁸.

○ RECEITA BRUTA

A receita bruta para o primeiro ano foi pormenorizada para aumentar a assertividade. Houve visita a fornecedores e clientes para tornar os preços e demandas mais reais possíveis, a medida do possível, conforme organização de cada empresa que apresentou uma projeção que variou entre três meses e doze meses.

Por meio de diversas simulações entre os Diretores Comerciais, Financeiros e Administrativos, bem como contando com a participação do contador da empresa e escritório de Consultoria Econômica Rebuild a empresa consolidou um minucioso detalhamento da projeção de suas receitas para atender honrar seus compromissos assumidos pelo pleito desta recuperação, bem como para reestruturação em todos os níveis empresariais, desde a parte comercial até a parte de produtos.

○ IMPOSTOS

A projeção dos impostos considerou o regime tributário vigente, tendo em vista o estudo realizado que identificou ser o melhor modelo ao volume e atividade prestados pela empresa em cada produto ou serviço.

O processo de avaliação da esfera tributária passou por um rigoroso sistema de avaliação do Mapa Tributário Atual, bem como por meio da simulação apresentada no item anterior.

○ INVESTIMENTOS

Os reinvestimentos estimados, foram definidos pela diretoria da empresa, como o mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades, sendo adotado uma renovação sobre o crescimento e receitas já estruturadas.

Além disso, a empresa passou a adotar uma estratégia de novos investimentos apenas pela metodologia de Gestão de Projetos com captação externa. Assim, não haverá impacto na construção do capital de giro e permitirá uma revisão de viabilidade econômica em cada novo investimento.

⁸ <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>

○ CAPITAL DE GIRO

Foi avaliado a Necessidade de Capital de Giro, concluindo que para adequação da estrutura a empresa necessita manter um volume de 60 dias que serão assegurados pela engenharia financeira em conjunto com os Fundo de investimento em direitos creditórios (FDIC), além de 30 dias adicionais que os mesmos vão suportar para que possamos passar a efetuar o pedido como se à vista fosse. Utilizou-se como taxa de juros média o valor de 3 p.p. devido a temporalidade. Priorizou-se na simulação a criação de um capital de giro próprio para reduzir a zero o desconto realizado atualmente. Desta forma a empresta reduzirá o impacto na despesa financeira que atualmente é elevado.

○ PASSIVO TRIBUTÁRIO

Foi adotado como premissa a necessidade de liquidação dos passivos tributários, tendo em vista a necessidade de regularização destes passivos. Assim, para os tributos em situação de inadimplência foi projetado parcelamento em 84 meses para regularizar a condição tributária da RECUPERANDA, premissa de acordo com a Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014, em seu artigo 43, que especifica a condição de pagamentos aos débitos tributários para empresas em Recuperação Judicial.

NÍVEL	CLASSE	ITEM	COD CONT	VALOR Orig. Tributos	Valor Consol. Parc.	nº parcelas	parc pagas	saldo devedor
FEDERAL	INSS	620329114	19020	R\$191.918,70	R\$236.398,20	60	20	R\$178.197,40
FEDERAL	INSS	621474134	19021	R\$523.365,90	R\$642.863,13	39	15	R\$450.745,92
FEDERAL	INSS	624450902	19956	R\$108.920,82	R\$131.794,20	60	8	R\$120.675,14
FEDERAL	INSS	PGFN 625997760	20115	R\$232.003,05	R\$341.954,21	60	6	R\$327.845,77
FEDERAL	INSS	PGFN 626095948	20116	R\$465.365,95	R\$766.437,17	60	7	R\$708.094,59
FEDERAL	INSS	620327227	19256	R\$623.041,21	R\$774.311,00	60	20	R\$542.682,63
FEDERAL	INSS	624931536	20058	R\$107.135,75	R\$130.191,60	60	6	R\$122.550,38
FEDERAL	PIS	11020400652/2017-85	2259	R\$62.492,29	R\$76.402,40	60	23	R\$53.780,98
FEDERAL	PIS	11020401067/2018-83	20027	R\$29.020,20	R\$35.281,80	60	9	R\$31.527,69
FEDERAL	PIS	11020400675/2019-51	20833	R\$60.614,16	R\$73.511,40	60	1	R\$73.008,96
FEDERAL	COFINS	11020400652/2017-85	2252	R\$288.037,62	R\$352.616,40	60	22	R\$254.588,98
FEDERAL	COFINS	11020400854/2018-16	19955	R\$40.865,52	R\$49.659,60	24	10	R\$30.604,84
FEDERAL	COFINS	11020401067/2018-83	20028	R\$133.991,22	R\$162.540,60	60	8	R\$148.067,40
FEDERAL	COFINS	11020400675/2019-51	20834	R\$279.192,54	R\$338.599,20	60	1	R\$336.285,25
FEDERAL	IRPJ	11020400652/2017-85	2258	R\$227.829,45	R\$280.047,60	60	21	R\$207.515,10
FEDERAL	IRPJ	11020400675/2019-51	20835	R\$49.953,74	R\$59.380,20	60	1	R\$58.974,04
FEDERAL	CSLL	11020400652/2017-85	2253	R\$123.247,56	R\$156.149,58	60	21	R\$112.258,38
FEDERAL	CSLL	11020400675/2019-51	20836	R\$26.953,74	R\$32.613,60	60	1	R\$32.390,41
FEDERAL	IRRF	11020400675/2019-51	20832	R\$29.358,23	R\$35.635,80	60	1	R\$35.391,74
FEDERAL	PRT	PRT	19255	R\$171.715,54	R\$214.872,24	72	22	R\$215.559,77
FEDERAL	SISPAR	1964610	20026	R\$188.162,86	R\$254.206,35	60	20	R\$236.068,14
MUNICIPAL	ISS		19271	R\$573.992,22	R\$704.813,29	24	15	R\$313.240,20
TOTAL								R\$4.590.053,71

Fonte: Contabilidade Interna da ALBAN CREMA E CIA LTDA.

○ PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O tratamento do passivo sujeito a recuperação sujeito a recuperação judicial recebeu a tratativa contemplada no item ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO, subgrupo PLANO DE PAGAMENTO AOS CRÉDITOS SUJEITOS A RECUPERAÇÃO.

Estabeleceu-se o período entre o deferimento do processamento da Recuperação Judicial até a Assembleia Geral de Credores, conforme estabelece a Lei de Falência e Recuperação de Empresas, acrescidos do prazo de carência proposto no Plano de Recuperação apresentada.

OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO

○ Suspensão das ações de recuperação de crédito

Após a aprovação do plano de recuperação judicial, deverão ser suspensas todas as ações de cobrança, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra a ALBAN CREMA E CIA LTDA, referente aos créditos sujeitos à recuperação judicial e que tenham sido novados pelo Plano aprovado.

É vedado ainda, a constrição de bens e prosseguimento processual enquanto o Plano aprovado estiver sendo regularmente cumprido. Os processos permanecerão suspensos enquanto as obrigações assumidas neste estiverem sendo cumpridas a tempo e modo, até eventual solução, rescisão ou alteração do Plano aprovado.

Os credores não poderão ajuizar novas ações de cobrança, execução ou de qualquer outro título no intuito de reaver os créditos incluídos na recuperação judicial, mesmo que cedidos a terceiros, por endosso ou cessão de crédito, ou de período abrangidos pela recuperação, salvo no caso de descumprimento do Plano de Recuperação, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei número 11.101/2005.

No caso de interposição de ação em razão dos créditos referidos no parágrafo acima, não poderá o patrimônio da empresa sofrer qualquer espécie de ônus na tentativa de cumprimento de ato executório.

○ Novação da dívida

A aprovação do presente Plano de Recuperação acarretará por força do dispositivo no art. 59 da Lei número 11.101/2005 a novação das dívidas sujeitas à recuperação.

○ Suspensão da publicidade dos protestos

Um vez o Plano aprovado, consolidado a novação de todos os créditos sujeitos à recuperação judicial, todos os credores concordarão com suspensão da publicidade dos protestos efetuados, desde que o plano de recuperação judicial esteja sendo cumprido nos termos aprovados, ordem esta que poderá ser tomada pelo Juiz da Recuperação Judicial a pedido da recuperanda desde a data da concessão da Recuperação.

Após a quitação dos créditos nos termos do Plano de Recuperação, os valores serão considerados quitados integralmente e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a quaisquer títulos, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o plano de recuperação estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

○ Pagamentos aos credores ausentes ou omissos

Os valores devidos aos Credores nos termos deste Plano de Recuperação serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED).

Os Credores devem informar à recuperanda, via carta registrada, mediante Administrador Judicial nomeado, bem como enviar via carta registrada ao endereço de sua sede e dirigida à diretoria, seus dados bancários para fins de pagamento. A conta deverá obrigatoriamente ser de titularidade do credor, caso contrário deverá obter autorização judicial para pagamento em conta de terceiros.

Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento, suas contas bancárias.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Caso o credor não forneça os seus dados dentro do prazo dos pagamentos, os valores devidos a este credor determinado ficarão no caixa da empresa.

○ Descumprimento do Plano de Recuperação

O Plano somente será considerado descumprido na hipótese de mora no pagamento de 2 (duas) parcela prevista neste Plano de Recuperação. Eventual mora no descumprimento de qualquer parcela poderá ser purgada no prazo de (30) trinta dias a contar da data da intimação judicial acerca do cumprimento do plano.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PROJETADO

DEMONSTRACOES FINANCEIRAS	2019		Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		Ano 6		Ano 7	
	Previsto															
Crescimento Real			5,0%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%	
RECEITA BRUTA	R\$	27.800.000	R\$	31.052.600	R\$	33.692.071	R\$	36.454.821	R\$	38.824.384	R\$	41.347.969	R\$	44.035.587	R\$	46.897.900
(-) Imposto sobre Venda	R\$	(523.788)	R\$	(585.071)	R\$	(634.802)	R\$	(686.856)	R\$	(731.502)	R\$	(779.049)	R\$	(829.688)	R\$	(883.617)
(-) Devoluções e Descontos	R\$	(55.600)	R\$	(62.105)	R\$	(67.384)	R\$	(72.910)	R\$	(77.649)	R\$	(82.696)	R\$	(88.071)	R\$	(93.796)
(-) Comissões sobre Venda	R\$	(1.668.000)	R\$	(1.909.735)	R\$	(2.072.062)	R\$	(2.241.971)	R\$	(2.387.700)	R\$	(2.542.900)	R\$	(2.708.189)	R\$	(2.884.221)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$	25.552.612	R\$	28.495.689	R\$	30.917.822	R\$	33.453.084	R\$	35.627.534	R\$	37.943.324	R\$	40.409.640	R\$	43.036.266
(-) Custos Variáveis	R\$	(16.276.300)	R\$	(18.180.627)	R\$	(19.725.980)	R\$	(21.343.510)	R\$	(22.730.838)	R\$	(24.208.343)	R\$	(25.781.885)	R\$	(27.457.708)
Custo dos Serviços Prestados	R\$	(2.611.037)	R\$	(2.916.529)	R\$	(3.164.434)	R\$	(3.423.917)	R\$	(3.646.472)	R\$	(3.883.493)	R\$	(4.135.920)	R\$	(4.404.754)
Custos das Vendas de Produtos	R\$	(13.665.262)	R\$	(15.264.098)	R\$	(16.561.546)	R\$	(17.919.593)	R\$	(19.084.367)	R\$	(20.324.850)	R\$	(21.645.966)	R\$	(23.052.953)
LUCRO BRUTO	R\$	9.276.312	R\$	10.315.062	R\$	11.191.842	R\$	12.109.573	R\$	12.896.696	R\$	13.734.981	R\$	14.627.755	R\$	15.578.559
(-) Despesas Operacionais	R\$	(6.784.183)	R\$	(7.577.932)	R\$	(8.222.057)	R\$	(8.896.265)	R\$	(9.474.523)	R\$	(10.090.367)	R\$	(10.746.240)	R\$	(11.444.746)
Despesas Comerciais	R\$	(1.609.620)	R\$	(1.797.946)	R\$	(1.950.771)	R\$	(2.110.734)	R\$	(2.247.932)	R\$	(2.394.047)	R\$	(2.549.660)	R\$	(2.715.388)
Despesas Administrativas	R\$	(1.990.480)	R\$	(2.223.366)	R\$	(2.412.352)	R\$	(2.610.165)	R\$	(2.779.826)	R\$	(2.960.515)	R\$	(3.152.948)	R\$	(3.357.890)
Despesas Operacionais	R\$	(3.184.083)	R\$	(3.556.621)	R\$	(3.858.934)	R\$	(4.175.366)	R\$	(4.446.765)	R\$	(4.735.805)	R\$	(5.043.632)	R\$	(5.371.468)
RESULTADO LÍQUIDO	R\$	2.492.129	R\$	2.737.129	R\$	2.969.785	R\$	3.213.308	R\$	3.422.173	R\$	3.644.614	R\$	3.881.514	R\$	4.133.812
Resultado Financeiro	R\$	(2.499.220)	R\$	(2.791.629)	R\$	(3.028.917)	R\$	(1.310.915)	R\$	(1.396.125)	R\$	(1.486.873)	R\$	(1.583.520)	R\$	(1.686.448)
EBITDA R\$	R\$	(7.091)	R\$	(54.499)	R\$	(59.132)	R\$	1.902.393	R\$	2.026.048	R\$	2.157.741	R\$	2.297.994	R\$	2.447.364
NCG	R\$	110.000	R\$	568.000	R\$	560.000	R\$	(780.000)	R\$	(580.000)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Financiamento Estruturado (Leasi	R\$	110.000	R\$	700.000	R\$	1.400.000	R\$	900.000	R\$	500.000						
Pagamento Financiamento			R\$	(132.000)	R\$	(840.000)	R\$	(1.680.000)	R\$	(1.080.000)						
CAPEX									R\$	(388.244)	R\$	(826.959)	R\$	(880.712)	R\$	(937.958)
CUSTO DA RECUPERAÇÃO	R\$	(95.000)	R\$	(205.000)	R\$	(205.000)	R\$	(205.000)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
PAGAMENTO CREDORES	R\$	-	R\$	(289.442)	R\$	(252.501)	R\$	(964.814)	R\$	(994.434)	R\$	(1.025.978)	R\$	(1.059.574)	R\$	(1.095.352)
Quirografários							R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)
Quirografários - ME/PME							R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)
Quirografários abaixo de R\$ 10 mil			R\$	(36.941)												
Garantias Reais							R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)
Trabalhista			R\$	(252.501)	R\$	(252.501)										
Pagamento de Tributos							R\$	(455.685)	R\$	(485.305)	R\$	(516.850)	R\$	(550.445)	R\$	(586.224)
FCL do Período	R\$	7.909	R\$	19.059	R\$	43.367	R\$	(47.421)	R\$	63.371	R\$	304.803	R\$	357.709	R\$	414.054

DEMONSTRACOES FINANCEIRAS	Ano 8		Ano 9		Ano 10		Ano 11		Ano 12		Ano 13		Ano 14	
Crescimento Real	1,5%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%	
RECEITA BRUTA	R\$	49.946.264	R\$	53.192.771	R\$	56.650.301	R\$	60.332.571	R\$	64.254.188	R\$	68.430.710	R\$	72.878.706
(-) Imposto sobre Venda	R\$	(941.052)	R\$	(1.002.221)	R\$	(1.067.365)	R\$	(1.136.744)	R\$	(1.210.632)	R\$	(1.289.323)	R\$	(1.373.129)
(-) Devoluções e Descontos	R\$	(99.893)	R\$	(106.386)	R\$	(113.301)	R\$	(120.665)	R\$	(128.508)	R\$	(136.861)	R\$	(145.757)
(-) Comissões sobre Venda	R\$	(3.071.695)	R\$	(3.271.355)	R\$	(3.483.994)	R\$	(3.710.453)	R\$	(3.951.633)	R\$	(4.208.489)	R\$	(4.482.040)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$	45.833.624	R\$	48.812.809	R\$	51.985.642	R\$	55.364.708	R\$	58.963.415	R\$	62.796.036	R\$	66.877.779
(-) Custos Variáveis	R\$	(29.242.459)	R\$	(31.143.219)	R\$	(33.167.528)	R\$	(35.323.417)	R\$	(37.619.439)	R\$	(40.064.703)	R\$	(42.668.908)
Custo dos Serviços Prestados	R\$	(4.691.063)	R\$	(4.995.983)	R\$	(5.320.721)	R\$	(5.666.568)	R\$	(6.034.895)	R\$	(6.427.163)	R\$	(6.844.929)
Custos das Vendas de Produtos	R\$	(24.551.395)	R\$	(26.147.236)	R\$	(27.846.806)	R\$	(29.656.849)	R\$	(31.584.544)	R\$	(33.637.539)	R\$	(35.823.979)
LUCRO BRUTO	R\$	16.591.165	R\$	17.669.591	R\$	18.818.114	R\$	20.041.291	R\$	21.343.975	R\$	22.731.334	R\$	24.208.870
(-) Despesas Operacionais	R\$	(12.188.655)	R\$	(12.980.917)	R\$	(13.824.677)	R\$	(14.723.281)	R\$	(15.680.294)	R\$	(16.699.513)	R\$	(17.784.981)
Despesas Comerciais	R\$	(2.891.889)	R\$	(3.079.861)	R\$	(3.280.052)	R\$	(3.493.256)	R\$	(3.720.317)	R\$	(3.962.138)	R\$	(4.219.677)
Despesas Administrativas	R\$	(3.576.152)	R\$	(3.808.602)	R\$	(4.056.162)	R\$	(4.319.812)	R\$	(4.600.600)	R\$	(4.899.639)	R\$	(5.218.115)
Despesas Operacionais	R\$	(5.720.613)	R\$	(6.092.453)	R\$	(6.488.463)	R\$	(6.910.213)	R\$	(7.359.377)	R\$	(7.837.736)	R\$	(8.347.189)
RESULTADO LÍQUIDO	R\$	4.402.510	R\$	4.688.673	R\$	4.993.437	R\$	5.318.011	R\$	5.663.681	R\$	6.031.821	R\$	6.423.889
Resultado Financeiro	R\$	(1.796.068)	R\$	(1.912.812)	R\$	(2.037.145)	R\$	(2.169.559)	R\$	(2.310.581)	R\$	(2.460.768)	R\$	(2.620.718)
EBITDA R\$	R\$	2.606.443	R\$	2.775.861	R\$	2.956.292	R\$	3.148.451	R\$	3.353.101	R\$	3.571.052	R\$	3.803.171
NCG	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Financiamento Estruturado (Leasing Back)														
Pagamento Financiamento														
CAPEX	R\$	(998.925)	R\$	(1.063.855)	R\$	(1.699.509)	R\$	(1.809.977)	R\$	(1.927.626)	R\$	(2.052.921)	R\$	(2.186.361)
CUSTO DA RECUPERAÇÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
PAGAMENTO CREDORES	R\$	(1.133.457)	R\$	(1.174.038)	R\$	(1.075.632)	R\$	(509.129)	R\$	(509.129)	R\$	(301.234)	R\$	(301.234)
Quirografários	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)	R\$	(192.092)
Quirografários - ME/PME	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)	R\$	(109.142)
Quirografários abaixo de R\$ 10 mil														
Garantias Reais	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)	R\$	(207.895)				
Trabalhista														
Pagamento de Tributos	R\$	(624.328)	R\$	(664.910)	R\$	(566.503)								
FCL do Período	R\$	474.060	R\$	537.968	R\$	181.152	R\$	829.346	R\$	916.346	R\$	1.216.897	R\$	1.315.576

RESUMO TÉCNICO

A REBUILD realizou o Estudo Técnico econômico-financeiro do plano de recuperação judicial da empresa ALBAN CREMA E CIA LTDA. Este estudo se centrou na viabilidade econômica do plano de recuperação, não considerando sua viabilidade sob os aspectos societários, tributários e legais.

O presente quadro de credores se baseia em informações fornecidas pela Empresa e seus assessores legais até a data de elaboração deste documento, sendo assim, este quadro estará sujeito a alterações.

Após nossa análise da reestruturação dos passivos e ativos, das condições de liquidez da Empresa no médio e longo prazo considerando suas origens de recursos, despesas e estrutura de ativos e passivos, acreditamos que o desempenho operacional da Empresa e consequente geração de caixa suportam a viabilidade econômica financeira da Empresa após o término do processo de Recuperação Judicial, bem como possibilitam aos credores a satisfação dos seus créditos, conforme determinado pelo plano de recuperação. Nossa análise assume que todas as premissas macroeconômicas e operacionais contidas neste relatório, bem como todas as premissas de reestruturação de créditos, sujeitos ou não ao plano de recuperação, apresentadas no plano de Recuperação Judicial serão verificadas e atingidas. A não verificação ou atingimento de qualquer umas das premissas adotadas, incluindo – mas não se limitando a – a estabilidade econômica do país e desempenho operacional das Empresas poderão tornar essa análise inválida.

A REBUILD entende que o presente Estudo Técnico do plano de Recuperação deverá ser revisto, caso não se verifiquem as premissas-chave descritas neste documento, bem como no caso de não verificação ou atingimento de quaisquer premissas apresentadas nesse relatório e no plano de Recuperação Judicial.

Entendo o relatório concluído, composto por 65 (sessenta e cinco) folhas digitadas de um lado, a REBUILD Consultoria Empresarial, empresa especializada em reestruturação de empresas, abaixo representada legalmente pelo seu sócio e diretor executivo, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Porto Alegre, 5 de setembro de 2019.

Maurício Tagliari
Sócio Diretor Executivo